

## **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do tempo.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Socioambiental, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- a) Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos.
- b) Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios.
- c) Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.
- d) Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor.
- e) Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa.
- f) Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos de gestão socioambiental.
- g) Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual.
- h) Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- i) Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono.
- j) Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social.
- k) Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas.

- l) Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação.
- m) Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava.
- n) Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

## **NOSSOS VALORES ÉTICOS**

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

### **RESPEITO**

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

### **HONESTIDADE**

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.

- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

## **COMPROMISSO**

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

## **TRANSPARÊNCIA**

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

**RESPONSABILIDADE**

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

**EDITAL****CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT/BR****PREGÃO ELETRÔNICO 397/2022, tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 03/10/2022**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações em Brasília/DF – CECOT/BR, representada por Pregoeiro(a) designado(a) mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO, cuja sessão pública será realizada por meio da Internet com o objetivo de contratar empresa(s) para o fornecimento descrito no item 1 abaixo, esclarecendo que a licitação ora divulgada e a consequente contratação serão regidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA - RLCC, Decretos nº3.555, de 08/08/2000; 10.024, de 20/09/2019; pelas Leis nº 13.303/2016, de 30/06/2016; 10.520, de 17/07/2002 e 8.429, de 02/06/1992, pela LC 123, de 14/12/2006, pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e as respectivas alterações posteriores, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 14/10/2022 - horário de Brasília/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme item 3.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** poderão ser enviados depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidos até às 10:00 horas do dia 17/10/2022, horário de Brasília/DF, conforme instrução do item 5.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas e dos documentos de habilitação, às 10:00 horas do dia **17/10/2022**, horário de Brasília/DF, conforme instrução do item 7.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet estará aberta das 14:00 horas até às 14:15 horas do dia 17/10/2022 horário de Brasília/DF, conforme item 7.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital deste Pregão até às 16:00 horas do dia 11/10/2022, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → Acesso ao Sistema → SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → clicar na atividade Impugnação, localizada no quadro “Minhas Atividades” → localizar a licitação desejada e clicar em Impugnação → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR IMPUGNAÇÃO.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no *Nº Certame* → aba **IMPUGNAÇÃO** → **IMPUGNAÇÃO** → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em **ENVIAR IMPUGNAÇÃO**.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 14:00 horas do dia 11/10/2022, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- d) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → *Acesso ao Sistema* → **SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR** → *realizar login* → marcar a modalidade de licitação desejada → clicar na atividade Questionamento, localizada no quadro “Minhas Atividades” → localizar a licitação desejada e *clicar em* Questionamento → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em **ENVIAR QUESTIONAMENTO**.
- e) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no *Nº Certame* → aba **QUESTIONAMENTOS** → **ESCLARECIMENTOS** → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em **ENVIAR QUESTIONAMENTO**.

A resposta ao pedido de esclarecimento e a decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 2 dias úteis contados do seu recebimento. O Pregoeiro poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

Quando houver a suspensão da sessão pública, a retomada ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

## **1 DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa para o fornecimento de solução de backup mainframe, composta por appliance de backup para emulação de unidades de fita e camadas de retenção em subsistemas de discos, incluindo a instalação, suporte técnico especializado e transferência de conhecimentos com vigência de 24 (vinte e quatro) meses e garantia apartada de 60 (sessenta) meses, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

<b>ANEXO I</b>	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>
<b>ANEXO I-A</b>	<b>FORMA DE EXECUÇÃO E SERVIÇOS AGREGADOS</b>
<b>ANEXO I-B</b>	<b>TERMO DE CONFIDENCIALIDADE</b>
<b>ANEXO I-C</b>	<b>CLÁUSULAS GERAIS E ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE</b>
<b>ANEXO I – D</b>	<b>TERMO DE GARANTIA APARTADO</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>PROPOSTA COMERCIAL</b>

<b>ANEXO III</b>	<b>PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS</b>
<b>ANEXO IV</b>	<b>MINUTA DE CONTRATO</b>
<b>ANEXO V</b>	<b>DECLARAÇÃO DE MPE</b>
<b>ANEXO VI</b>	<b>TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL</b>
<b>ANEXO VII</b>	<b>DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE</b>

- 1.1.1 As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do contrato constam do(s) Anexo(s) deste Edital.

## **2 DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Podem participar deste Pregão as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.
- 2.3 Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):
- 2.3.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente



e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;

- 2.3.2 que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.3.3 organizada sob a forma de cooperativa, tendo em vista que pela natureza do(s) serviço(s) existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a contratada, bem como de pessoalidade e habitualidade, considerando, ainda, que, por definição, não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados;
- 2.3.4 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.3.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.3.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.3.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.3.10 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.3.11 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.3 acima:

I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- Dirigente da CAIXA;
- Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do



contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;

- Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.

III Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

### **3 DO CADASTRO, DA CERTIFICAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 Para participar deste Pregão, o interessado deve providenciar o Cadastro no Portal Licitações CAIXA e efetuar o Credenciamento neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
- 3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: aba "CADASTRO" → escolher a opção "*Pessoa Física*" ou "*Pessoa Jurídica*" → preencher os dados do PRÉ-CADASTRO → concordar com o TERMO DE ADESÃO → "CONCLUIR O PRÉ-CADASTRO".
- 3.2.1 No momento do pré-cadastro, o sistema valida as informações registradas e, caso haja divergência, informa o Licitante os campos que necessitam de ajustes.
- 3.2.2 Após a validação das informações do pré-cadastro, o sistema confirma a operação e apresenta a mensagem: "Seu Pré-Cadastro está em análise. Deseja imprimir o termo de adesão? <Sim/Não>".
- 3.2.3 O sistema também enviará mensagem por e-mail: "Notificação de Registro do Pré-Cadastro".
- 3.2.4 Após validação pelo sistema, dos dados com a base de dados da Receita Federal, o sistema conclui o **CADASTRO** e envia ao Licitante mensagem de e-mail confirmando a conclusão e certificação do cadastro e a senha de acesso provisória, que deverá ser validada e trocada em até 48 horas.
- 3.2.4.1 Caso a validação e a troca de senha não sejam efetuadas no prazo estipulado, a senha expirará e será necessário solicitar nova senha por meio de contato ao Atendimento CAIXA, pelos telefones 4004 0104 para capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 demais regiões.
- 3.2.4.1.1 A nova senha de acesso deve ser elaborada, obrigatoriamente, de acordo com as orientações recebidas por e-mail.
- 3.2.4.2 Quando há divergência nos dados, o sistema envia e-mail ao Licitante para notificar do cadastro não concluído e orienta entrar em contato com a central de atendimento CAIXA, por meio dos telefones acima.

- 3.3 Para os Licitantes que estejam com certificação expirada ou suspensa, para regularização, o representante legal da empresa deve comparecer a uma agência da CAIXA, munido dos documentos originais abaixo:
- Pessoa Física: Documento de Identificação Pessoal; CPF; Comprovante de endereço e Procuração (quando for o caso).
  - Pessoa Jurídica: Contrato Social e Alterações; Procuração do Representante Legal (quando for o caso); Documento de Identificação Pessoal do representante da empresa; CPF e Comprovante de endereço.
- 3.3.1 A procuração deve ser elaborada por meio de instrumento público ou particular com firma reconhecida e deve ser acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.
- 3.3.2 Sendo proprietário da empresa, sócio, dirigente ou assemelhado, deverá ser apresentada cópia autenticada, ou cópia acompanhada dos originais, do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 3.3.3 A Certificação tem vigência de 1 (um) ano, após esse prazo deverá ser renovada em uma agência CAIXA, conforme orientação do item 3.3 acima.
- 3.3.4 Quando houver alteração cadastral, a Certificação é suspensa e o usuário deve reativá-la seguindo os passos acima.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA – <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> e siga os seguintes passos: no botão “Acesso ao sistema” - escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR”, informe o e-mail cadastrado e selecione a opção “Esqueci Minha Senha”, no formulário acionar “Esqueci a senha”, preencher os campos do formulário e confirmar no botão “Recuperar Senha”. O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem informando a senha provisória e os procedimentos para a validação e troca de senha.
- 3.6 Após essa etapa, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** específico para este pregão até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> → efetuar *login* por meio da opção “Acesso ao Sistema” → em seguida “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → na “Área do Licitante” marcar a opção “Licitação CAIXA/Pregão Eletrônico”, escolher a opção “Credenciamento em Novos Certames”, localizado no quadro “Minhas Atividades” → marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado → clicar na Atividade “Credenciamento” → selecionar a declaração de ciência → marcar a(s)

opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique → finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.

- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação neste Pregão Eletrônico.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, o licitante deve selecionar a opção *“ME/EPP”* na tela *“Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”*, constante da opção *“Credenciamento”*, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 prevista neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado e certificado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 A certificação possibilita a participação em todos os Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que o credenciamento é específico para cada Pregão Eletrônico, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de um pregão eletrônico realizado pela CAIXA.
- 3.9 O link *“Credenciamento em novos certames”*, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.4, permite o acesso a todos os Pregões Eletrônicos que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link *“Edital”*.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no Pregão Eletrônico escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

#### **4 DO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do

pregão, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-mail ou sistema, aos participantes.

- 4.3 No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:
  - 4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer notificações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  - 4.4.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004-0104** – Capitais e regiões metropolitanas ou **0800-104-0104** – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
  - 4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

## **5 DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1 A **Proposta Comercial** (Anexo II) e todos os documentos de habilitação devem ser enviados eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, por meio do endereço Eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “**ACESSO AO SISTEMA**” → escolher “**SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR**” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Enviar/Alterar Proposta e Documentação”, localizado no quadro “Minhas Atividades” → selecionar o item desejado → anexar a Proposta Comercial → digitar o valor proposto → clicar no botão “*Enviar Proposta*”.

- 5.2 A Proposta Comercial com preço GLOBAL deve ser anexada em arquivo único, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods.
- 5.2.1 A Proposta de Preço é o valor que deve ser digitado após a anexação da Proposta Comercial (Anexo II do edital) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da Proposta Comercial (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na Proposta de Preço e o constante da Proposta Comercial (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 Os documentos de habilitação são aqueles elencados no item 8 deste edital.
- 5.2.3.1 Não haverá outra oportunidade para envio dos documentos de habilitação, admitindo-se apenas o envio de documentos complementares nos termos do item 9.3.
- 5.2.4 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A Proposta Comercial (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone, fax e *e-mail*;
- 5.3.2 Preço GLOBAL para Contratação de empresa para o fornecimento de solução de backup mainframe, composta por appliance de backup para emulação de unidades de fita e camadas de retenção em subsistemas de discos, incluindo a instalação, suporte técnico especializado e transferência de conhecimentos com vigência de 24 (vinte e quatro) meses e garantia apartada de 60 (sessenta) meses, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 5 e subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos.
- 5.3.3 **Descrição detalhada de cada equipamento ofertado:** para cada equipamento ofertado, incluir informações, abrangendo, no mínimo: marca,

modelo, fabricante, módulos, licenciamentos e, se houver, indicação de endereço do sítio de internet onde a CAIXA poderá, caso considerar necessário, buscar mais informações acerca dos equipamentos, ou manual/folder do fabricante e respectivos itens, onde poderão ser obtidas/capturadas informações técnicas dos produtos ofertados, que, de forma inequívoca, identifiquem as configurações cotadas, em aderência com o Termo de Referência (ANEXO I) e demais Anexos deste edital.

- 5.3.4 Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a 60 (sessenta) meses.
- 5.3.5 Declaração sob as penalidades da lei, de que o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconcondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
- 5.3.6 Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.7 Declaração da licitante de que:
- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.3 e subitens deste edital.
- III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
- 5.3.8 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação) por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta e os documentos de habilitação forem acatados pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento dos documentos.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://licitacoes.caixa.gov.br), na “Área Logada” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”, efetuar “login” → “Encaminhar/Alterar Proposta”, excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” e inserir a nova proposta.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial ou documentos de habilitação apresentados até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO

AO SISTEMA” → escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Enviar/Alterar Proposta e Documentação”, localizado no quadro “Minhas Atividades” → selecionar o item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta.

- 5.5.1 Caso haja a substituição da Proposta Comercial, após a anexação do arquivo contendo a nova Proposta Comercial, a Proposta de Preço deve ser novamente digitada.

## **6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega das propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

- 6.2 Em seguida, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

- 6.3 As propostas classificadas pelo Pregoeiro serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.

- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- Condições dos itens 6.5.1 a 6.5.4, e
- Compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.

- 6.4.1 A proposta adequada deve ser encaminhada no prazo de até **120 (cento e vinte) minutos** a contar da solicitação do Pregoeiro por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → marcar a modalidade de licitação → clicar em “Encaminhar Proposta Ajustada”, no quadro “Minhas Atividades”.

### **6.5 Será desclassificada a proposta que:**

- 6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 contenham vícios insanáveis;
- 6.5.3 apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;



- 6.5.4 presente preço excessivo ou que não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexecutável, o Pregoeiro concederá o direito de contraditório, solicitando que a licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.4.2 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global do último lance, ou da proposta comercial da licitante no caso de não haver lances, que apresentar-se superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo I.
- 6.5.4.2.1 A aceitabilidade do preço máximo será verificada em relação ao preço global e aos preços unitários.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 A licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedida de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

## **7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES**

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA” → escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Efetuar Lances”, no dia e horário informados no preâmbulo deste edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.1.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$220.000,00** e incidirá sobre o lance ofertado pelo próprio licitante.

- 7.1.2 A etapa de envio de lances na sessão pública durará **15 (quinze) minutos** e, após isso, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 7.1.2.1 **O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).**
- 7.1.2.2 Por isso, **o intervalo do horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances**, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.1.3 Após o encerramento da fase aberta, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.1.3.1 Para ofertar o lance final e fechado, o licitante deverá acessar sua área logada e fazer o registro no link “Efetuar Lance Final”. Os licitantes que não estiverem enquadrados nessa etapa, não terão o link “Efetuar Lance Final” habilitado.
- 7.1.3.2 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do subitem 7.1.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 7.1.3.3 O sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 7.1.3.4 Na ausência de lance final e fechado ofertado, haverá o reinício da etapa fechada para que demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.1.3.5 Na inexistência de licitantes aptas para a fase de lance fechada, o pregoeiro seguirá para a etapa de classificação das propostas.
- 7.1.4 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando o licitante às penalidades constantes no item 16 deste Edital.
- 7.1.5 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

- 7.2.1 no caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.2.2 **Os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.**
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.5.1 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome da licitante que ofertou o menor preço.
- 7.7 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Pregoeiro abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.11.
- 7.8 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
  - 7.8.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 5% superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
    - 7.8.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de a licitante apresentar proposta de preço inferior à da empresa melhor classificada que não se enquadra como MPE.
    - 7.8.2 O Pregoeiro dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
      - 7.8.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de perda do direito de preferência.

- 7.8.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o Pregoeiro passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.11, observando-se os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.8.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as demais MPE, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% (cinco por cento) estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente.
- 7.8.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.9 No caso de propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e depois de observadas todas as exigências estabelecidas para o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, será observada a seguinte ordem para desempate para os bens e serviços:
- I - Produzido no País;
- II - Produzido ou prestado por empresa brasileira;
- III - Produzido ou prestado por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- IV - Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, com observância ao item 21.10 deste edital.
- 7.9.1 Na hipótese de persistir o empate, será realizado sorteio eletrônico em hora marcada, após comunicação aos licitantes.
- 7.10 O percentual de redução do preço proposto, decorrente dos lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, **deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na forma deste Edital.**
- 7.11 Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro deverá **negociar** com o licitante melhor classificado para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI:

ACESSAR” → efetuar login → *marcar a modalidade de licitação* → clicar em “Efetuar Negociação”.

- 7.12 Se houver negociação, a licitante vencedora deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13 Se a proposta ou o lance não for aceito ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando-se o direito de preferência estabelecido para as MPE, a sua aceitabilidade e os procedimentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo licitante declarado vencedor do certame.
- 7.14 O Pregoeiro poderá convocar a licitante para apresentar Nota Explicativa, detalhando a forma como foram calculados os custos, de forma a comprovar sua exequibilidade, cuja aceitação ficará condicionada à análise pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, sobre a qual decidirá motivadamente.
- 7.14.1 Uma vez aceita a Nota Explicativa pelo Pregoeiro, a licitante assume inteira responsabilidade pelos itens de composição do preço e seus valores, para todos os efeitos, não podendo alegar provisão deficitária ou omissão com vistas à repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, caso seja contratada.

## **8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO**

- 8.1 Para fins de habilitação ao certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos a:
- Habilitação jurídica;
  - Qualificação técnica;
  - Qualificação econômico-financeira;
  - Regularidade fiscal federal;
  - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.1.1 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

**Nível I** – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

**Nível II** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica prevista nos itens 8.2.1 ao 8.2.3;

**Nível III** – o registro regular nesse nível supre as exigências de regularidade fiscal em âmbito federal e trabalhista conforme definida no item 8.3;

**Nível V** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

**Nível VI** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente, conforme solicitado nos itens 8.4.

- 8.1.1.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Pregoeiro.
- 8.1.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, a licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.
- 8.1.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘*on line*’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:**

- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará

condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:**

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), na forma da lei;
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.4.1 Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, para comprovar a sua regularidade fiscal.

**8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

- 8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



- 8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio dos índices econômicos registrados no sistema.
- 8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido ou capital social mínimo não inferior a R\$ 3.290.919,00 (três milhões, duzentos e noventa mil, novecentos e dezenove reais).
- 8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:  
$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total} (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$
- 8.4.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.
- 8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.4.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.4.3.3.1 publicado em Diário Oficial; ou
- 8.4.3.3.2 publicado em jornal, ou
- 8.4.3.3.3 por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- 8.4.3.3.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.
- 8.4.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.
- 8.4.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações

Contábeis na forma do subitem 8.4.3.5.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

- 8.4.4 O disposto nos itens 8.4.2 a 8.4.3.4 não se aplica às MPE, por força do que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 8.538, de 6.10.2015.
- 8.4.5 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.4.6 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**8.5 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

- 8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
- 8.5.1.1 para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) válidos os atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões), emitidas por instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN no Sistema Financeiro Nacional classificadas no segmento S1, que comprovem que a licitante forneceu e implementou a solução proposta, em território nacional, com, no mínimo, 01 (um) equipamento do tipo Appliance de backup em disco ou 01 (um) equipamento do tipo subsistema de disco, que suportem a funcionalidade de replicação síncrona ou assíncrona entre sites, e sejam compatíveis com o ambiente mainframe (IBM z/OS).
- 8.5.1.1.1 Os atestados deverão observar os seguintes requisitos de conteúdo, forma e validade, devendo conter:
- a) Nome, cargo ou função, dados de identificação, telefone e e-mail de contato do emissor;
  - b) Descrição geral dos serviços prestados;
  - c) Informação expressa de que o serviço foi ou está sendo executado de forma satisfatória;
  - d) Data de início da prestação dos serviços;
  - e) Data de término da prestação dos serviços (em caso de CONTRATO em vigor, indicar a data prevista e a etapa em que se encontra o projeto).
- 8.5.1.2 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente,

indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante.

8.5.2 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.

8.5.2.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

8.5.2.1.1 Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

8.5.2.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016.

8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

8.6.1 A declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio do aceite do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.

8.7 Os documentos necessários para habilitação neste certame são os seguintes:

8.7.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:

- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
- d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI).

8.7.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:

- a) Documentação relativa a Habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;

- d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- f) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
- g) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI).

8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados, impreterivelmente, no mesmo momento do envio das propostas comerciais.

8.7.3.1 O Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.

8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VII - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE assinado.

8.8.1 O Pregoeiro poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.

8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 21.13 ou por assinatura física.

8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Pregoeiro também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.

8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT/BR - SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Matriz III (antigo Edifício Filial), 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110. CNPJ: 00.360.305/5614-83, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro.

## **9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Pregoeiro verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.

9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o

mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.

- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br). Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.13.
- 9.2 O Pregoeiro efetuará a consulta *on line* ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Pregoeiro a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante vencedora, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado à licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, sendo vedada a inclusão de novos documentos que deveriam ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 02:00 horas a contar da solicitação pelo pregoeiro por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Pregoeiro.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 10.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

- 9.5 A fim de verificar se existe restrição da licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- Ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
  - Ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – [www.cnj.jus.br/](http://www.cnj.jus.br/), em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados no sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “*Todos(as)*”;
  - Ao SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.
- 9.7 Não será habilitada a empresa que:**
- 9.7.1 esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
  - 9.7.3 esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
  - 9.7.4 deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.8 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.7, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.9 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a

todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

## **10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

10.1 Não será exigida a apresentação de amostra para o presente objeto.

## **11 DOS RECURSOS**

11.1 Após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(es), será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, devendo, obrigatoriamente, ser registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → *marcar a modalidade de licitação* → clicar em “Intenção de Recurso”, localizada na aba “Minhas Atividades”, clicar em “Incluir Intenção de Recurso”, inserir a descrição da intenção de recurso e clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos, a partir da comunicação pelo sistema.

11.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Pregoeiro será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, após a disponibilização da Ata de encerramento da sessão pública no Portal, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.

11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelas licitantes deverão ser copiados e colados no campo específico do [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) → “Área do Licitante” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → “Contrarrazão” localizada no quadro “Outras Ações”.

11.2 A falta de manifestação motivada da licitante, no prazo estabelecido no item 11.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

11.3 Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

## **12 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

- 12.1 À vista do relatório do Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo IV).
- 12.3 Fica impedida de ser contratada a licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.3.
- 12.4 A licitante que for declarada vencedora da licitação e que não for cadastrada no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 12.5 No ato da assinatura do instrumento contratual, a licitante vencedora deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, anexada após a minuta de Contrato (Anexo IV).
- 12.6 Caso a licitante vencedora seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexada ao final da minuta de contrato (Anexo IV).
- 12.7 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 12.7.1 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
- 12.7.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 16 deste Edital.
- 12.8 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, observados os direitos de preferência previstos neste Edital,

para depois de comprovados os requisitos habilitatórios negociar os preços e se acordado, tomar os demais procedimentos para contratação.

12.9 Poderá a licitante ser desclassificada até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, trabalhista, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.

12.9.1 Neste caso, será efetuada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 12.7.

### **13 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

13.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### **14 DA GARANTIA CONTRATUAL**

14.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:

#### **14.2.1 Caução em dinheiro;**

14.2.1.2 A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

14.2.1.2.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

14.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

14.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou

prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;

14.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

14.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

14.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

14.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

14.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

14.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art.129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;

c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;

e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 15.6 deste Edital;

f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

- 14.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante às sanções administrativas cabíveis.
- 14.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 14.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 14.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.
- 14.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

## **15 DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 15.1 A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo IV).

## **16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I multa;

- II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
  - III impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 16.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na Minuta de Contrato.
- 16.1.1 As multas serão descontadas da garantia contratual, do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente.
- 16.2 Ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, o licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:
- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
  - IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  - V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - VIII Não mantiver a proposta;
  - IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 16.3 A penalidade de suspensão temporária de participação e contratação com a CAIXA, além de outras situações de descumprimentos, também poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional nas situações previstas nos incisos acima.
- 16.4 As sanções previstas nos incisos II e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.
- 16.5 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 16.6 As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

- 16.7 As penalidades de suspensão e impedimento aplicadas à CONTRATADA alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

**17 DOS ILÍCITOS PENAI**

- 17.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 18.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento de recurso nº 8000004909.

**19 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

- 19.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 19.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**20 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 20.1 O contrato a ser firmado terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da Contratada, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.

**21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 21.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 21.2 As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 21.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.

- 21.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 21.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 21.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/BR, em Brasília/DF.
- 21.8 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 21.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.
- 21.10 As licitantes que usufruíram da preferência disposta no item 7.9, inciso IV, deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 21.11 No caso de retificação do Edital que não implique a sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 21.11.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento da(s) licitante(s).
- 21.12 É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 21.13 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- 21.14 Será permitida a subcontratação, conforme Cláusula Décima Sétima do Anexo IV – Minuta de contrato.



**22      DA ARBITRAGEM**

- 22.1      A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis inerentes a este contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e suas alterações.

**23      DO FORO**

- 23.1      Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Brasília/DF, 03 de outubro de 2022.

Milena Campos Foeppe  
Pregoeiro(a)

## ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIAOBJETO

- 1 Contratação de empresa para o fornecimento de solução de backup mainframe, composta por *appliance/virtualizador* de backup para emulação de unidades de fita e camadas de retenção em subsistemas de disco, incluindo a instalação, suporte técnico especializado e transferência de conhecimentos com vigência de 24 (vinte e quatro) meses e garantia apartada de 60 (sessenta) meses para *hardware* e *software*, distribuídos conforme tabela abaixo:

Item	Capacidade/Vouchers
<i>Appliance/virtualizador</i> de backup para o ambiente <i>mainframe</i> e Camada de retenção 1	18.824 TB
Camada de retenção 2	118.132 TB
Transferência de Conhecimento	12 (vouchers)

Observação: considera-se *appliance/virtualizador* o dispositivo de *hardware* responsável pelo controle e virtualização de unidades de leitura/gravação e fitas para o ambiente *mainframe*, por meio de *software* especializado para esta finalidade.

- 1.1 Todos os equipamentos devem ser novos, sem uso, ainda em linha de fabricação, constar no portfólio atual do fabricante e não poderão estar com anúncio de descontinuidade durante a vigência da ata/contrato. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados, de demonstração ou composições feitas para atender as especificações desse certame.
- 1.2 Quando da entrega do equipamento, se houver mudança no portfólio do fornecedor e o equipamento vencedor do certame não constar do anúncio mais recente do fabricante, deverá ser feita a entrega do equipamento mais recente desde que todos os itens da especificação técnica sejam atendidos integralmente. Esse procedimento não poderá resultar em nenhum tipo de ônus adicional para a CAIXA.
- 1.3 O equipamento deve ser configurado de forma a atender às especificações mínimas deste documento, as quais devem ser atendidas e comprovadas quando da apresentação das propostas.
- 1.4 A solução deve ser fornecida de forma a garantir o seu perfeito funcionamento, respeitando as especificações mínimas do edital, podendo ser ofertado, caso necessário, número maior de componentes de *hardware* e *software*, respeitados os limites que estejam também definidos nesta especificação.

- 1.5 Cada funcionalidade ofertada deverá atender aos propósitos definidos na especificação técnica, conforme suas especificidades e finalidades de uso descritas neste documento.
- 1.6 Todos os componentes de *hardware* e *software* descritos a seguir deverão ser distribuídos o mais equitativamente possível, respeitando-se as diferentes arquiteturas dos fabricantes dos equipamentos ofertados, desde que atendidos os requisitos mínimos de quantidades e funcionalidades descritos neste documento e, ainda, prezando pela alta disponibilidade da solução ofertada.
- 1.7 A solução ofertada deverá possuir integração nativa total de seus componentes, sendo que todos os equipamentos integrantes (*appliances*/virtualizadores, camada 1 e camada 2) devem ser do mesmo fabricante.
- 1.7.1 Será aceita excepcionalização do requisito para elementos adicionais periféricos de interligação da plataforma, tais como switches e roteadores, desde que fornecidos e suportados pelo fabricante da solução.

## 2 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO DE BACKUP

- 2.1 A solução ofertada deverá seguir a arquitetura abaixo:
- 2.2 O volume a ser contratado é de 136.956 TB (terabytes) de capacidade de armazenamento de dados em solução de backup para o ambiente mainframe, distribuídos da seguinte forma:

Item	Capacidade
<i>Appliance/virtualizador de backup para o ambiente mainframe e Camada de retenção 1</i>	18.824 TB
Camada de retenção 2	118.132 TB
<b>Total</b>	136.956

- 2.3 Considerar 1 TB (terabyte) de dados igual 2<sup>40</sup> bytes.
- 2.4 O quantitativo de equipamentos foi definido considerando a arquitetura em alta disponibilidade da solução, desta forma, **no mínimo**, 1 (um) componente de cada camada da solução de *backup mainframe* ficará em cada site, deste modo, há redundância remota de toda a solução.
- 2.4.1 *Appliance/virtualizador de backup mainframe:*
- 2.4.1.1 Deverá ser composto por unidades de processamento redundantes, compatíveis com o protocolo IBM FICON de no mínimo 16 Gbps.

- 2.4.1.1.1. Serão aceitas soluções que implementem a redundância requerida no item 2.4.1.1 através de conexões físicas entre os *appliances* no mesmo datacenter ou no datacenter remoto, desde que não haja prejuízo no atendimento das demais especificações deste documento.
- 2.4.1.2 O *appliance/virtualizador* deverá emular unidades de fita compatíveis com o mainframe IBM, em ambiente z/OS 2.3 e versões superiores.
- 2.4.1.3 O conjunto de *appliances/virtualizadores* deverá ser capaz de suportar, pelo menos, 24 conexões FICON simultâneas por site.
- 2.4.1.4 O conjunto de *appliances/virtualizadores* deverá ser capaz de emular, pelo menos, 1129 endereços de unidades de fitas virtuais por site, inclusive, com suporte a acesso simultâneo de leitura/gravação de todas as unidades de fita emuladas.
- 2.4.1.5 Cada *appliance/virtualizador* poderá possuir dispositivos internos de armazenamento. Neste caso, os *appliances/virtualizadores* também irão compor a camada de retenção 1.
  - 2.4.1.5.1 Não há restrição quanto ao tipo de disco a ser utilizado no *appliance/virtualizador* de *backup*, desde que o requisito de tempo de montagem dos volumes virtuais seja observado.
  - 2.4.1.5.2 Os discos internos deverão possibilitar a montagem de qualquer volume magnético emulado que esteja nesta camada em, no máximo, 10 segundos.
- 2.4.1.6 O *appliance/virtualizador* deverá possuir capacidade de comunicação com subsistemas de disco externos, utilizando algum dos seguintes protocolos: Fibre Channel, iSCSI, CIFS/NFS e compatibilidade com serviço de armazenamento em nuvem no formato de *object storage* para armazenamento dos dados com possibilidade de organização por camadas.
- 2.4.1.7 Cada *appliance/virtualizador* deverá possuir mecanismos de proteção de dados contra falha simultânea de pelo menos 2 discos internos.
- 2.4.1.8 Os conjuntos de *appliances/virtualizadores* em ambos os sites da CAIXA devem estar replicados, pelo menos de modo assíncrono, a fim de possibilitar o funcionamento da solução em caso de falha em qualquer datacenter da CAIXA.
  - 2.4.1.8.1 As portas usadas para replicação devem garantir a sincronia de dados no site secundário com, no máximo, 15 minutos de atraso.
  - 2.4.1.8.2 O fornecedor da solução deverá especificar o *throughput* mínimo da rede que será utilizada para replicação entre os sites, cabendo à CAIXA providenciar esta infraestrutura.

- 2.4.1.8.3 Os links de replicação devem ser implementados de forma redundante entre os *appliances/virtualizadores* de cada site.
- 2.4.1.8.4 A solução deve realizar criptografia de dados padrão *Advanced Encryption Standard* 256-bit (AES-256) em todas as camadas.
- 2.4.2 Camada de retenção 1
  - 2.4.2.1 Deverão ser fornecidos 18.824 TB (terabytes) distribuídos entre os dois sites da CAIXA em subsistemas de disco compatíveis com o *appliance/virtualizador* de *backup mainframe* referenciado no item 2.4 e subitens.
    - 2.4.2.1.1 Serão aceitos ganhos de compressão e/ou deduplicação de dados para o fornecimento da área de armazenamento requisitada no item anterior, desde que estes ganhos sejam garantidos pelo fornecedor por meio de documentação oficial dos equipamentos a serem ofertados.
    - 2.4.2.2 Esta camada de armazenamento será utilizada para arquivos de curta e média retenção (até 2 anos), devendo possuir *performance* compatível para que a montagem de qualquer volume magnético cujos dados estejam nesta camada seja feita em, no máximo, 10 segundos no *appliance/virtualizador*.
    - 2.4.2.3 Toda a área de armazenamento desta camada deverá estar replicada entre os sites da CAIXA, pelo menos de modo assíncrono, para que haja proteção caso um dos sites fique indisponível.
      - 2.4.2.3.1 As portas utilizadas para replicação devem garantir a sincronia de dados no site secundário com, no máximo, 15 minutos de atraso.
      - 2.4.2.3.2 O fornecedor da solução deverá especificar o *throughput* mínimo da rede que será utilizada para replicação entre os sites, cabendo à CAIXA providenciar esta infraestrutura.
      - 2.4.2.3.3 Os *links* de replicação devem ser implementados de forma redundante entre os componentes (virtualizadores ou controladoras) da solução contratada.
    - 2.4.2.4 Deverá ser implementado mecanismo de proteção de dados para que haja tolerância de até 2 falhas simultâneas dos dispositivos de armazenamento utilizados nesta camada.
    - 2.4.2.5 O equipamento a ser utilizado nesta camada não deverá possuir ponto único de falha, sendo composto por controladoras redundantes e possibilitando o acesso aos dados armazenados através de qualquer controladora (ativo-ativo).

- 2.4.2.6 Em caso de implementação de equipamento compatível com o padrão *Ethernet* nesta camada, as portas de *Front End* para conexão com à rede interna deverão ser compatíveis com o padrão 10/25 Gbps, utilizando transceptores óticos.
- 2.4.2.6.1 O tipo de transceptor a ser utilizado nas placas do subsistema de armazenamento será confirmado pela CAIXA, quando for emitida a ordem de fornecimento dos equipamentos.
- 2.4.2.7 Em caso de implementação de equipamento compatível com o padrão *Fibre Channel* nesta camada, as portas de *Front End* para conexão com à rede interna deverão ser compatíveis com o padrão 16/32 Gbps, utilizando transceptores óticos *shortwave*.
- 2.4.2.8 Serão aceitos nesta camada subsistemas de disco do tipo *block*, compatível com o padrão internacional FC INCITS T11 e suas atualizações; file, compatível com o padrão internacional IETF NFSv4 e suas atualizações ou NFSv3 e suas atualizações; e object storage compatível com serviço de armazenamento em nuvem com possibilidade de organização por camadas, desde que os equipamentos possuam compatibilidade e integração completa com os demais componentes da solução.
- 2.4.3 Camada de retenção 2
- 2.4.3.1 Deverão ser fornecidos 118.132 TB (terabytes) distribuídos entre os dois sites da CAIXA em subsistemas de disco compatíveis com o *appliance/virtualizador* de *backup mainframe* referenciado no item 2.4 e subitens.
- 2.4.3.1.1 Serão aceitos ganhos de compressão e/ou deduplicação de dados para o fornecimento da área de armazenamento requisitada no item anterior, desde que estes ganhos sejam garantidos pelo fornecedor por meio de documentação oficial dos equipamentos a serem ofertados.
- 2.4.3.2 Esta camada de armazenamento será utilizada para arquivos de longa retenção (acima de 2 anos), devendo possuir *performance* compatível para que a montagem de qualquer volume magnético cujos dados estejam nesta camada seja feita em, no máximo, 30 segundos no *appliance/virtualizador*.
- 2.4.3.3 Toda a área de armazenamento desta camada deverá estar replicada entre os sites da CAIXA, pelo menos de modo assíncrono, para que haja proteção caso um dos sites fique indisponível.
- 2.4.3.3.1 As portas usadas para replicação devem garantir a sincronia de dados no site secundário com, no máximo, 15 minutos de atraso.

- 2.4.3.3.2 O fornecedor da solução deverá especificar o *throughput* mínimo da rede que será utilizada para replicação entre os sites, cabendo à CAIXA providenciar esta infraestrutura.
- 2.4.3.3.3 Os links de replicação devem ser implementados de forma redundante entre as controladoras do equipamento.
- 2.4.3.4 Deverá ser implementado algum mecanismo de proteção de dados para que haja tolerância de até 2 falhas simultâneas dos dispositivos de armazenamento utilizados nesta camada.
- 2.4.3.5 O equipamento a ser utilizado nesta camada não deverá possuir ponto único de falha, sendo composto por controladoras redundantes e possibilitando o acesso aos dados armazenados através de qualquer controladora (ativo-ativo).
- 2.4.3.6 Nesta camada serão aceitos apenas equipamentos do tipo *object storage* compatível com serviço de armazenamento em nuvem.
- 2.4.3.7 As portas de Front End para conexão com a rede interna deverão ser compatíveis com o padrão Ethernet 10/25 Gbps, utilizando transceptores óticos.
- 2.4.3.7.1 O tipo de transceptor a ser utilizado nas placas do subsistema de armazenamento será confirmado pela CAIXA, quando for emitida a ordem de fornecimento dos equipamentos.
- 2.4.3.8 O equipamento deve possuir compatibilidade e integração completa com os demais componentes da solução.
- 2.4.4 Caso seja necessário utilizar *switches* Ethernet para realizar a interligação dos componentes da solução, estes *switches* deverão ser fornecidos em conjunto com os demais equipamentos, de forma redundante, e deverão possuir as seguintes especificações:
  - 2.4.4.1 Switch para interconexão:
    - 2.4.4.1.1 Deverão ser fornecidos, em conjunto com a solução, switches Ethernet redundantes capazes de conectar, em cada um deles, pelo menos 2 portas de cada controladora ou nó das camadas de retenção e dos *appliances/virtualizadores*, para tráfego de dados.
    - 2.4.4.1.2 Os switches Ethernet deverão ser compatíveis com os requisitos de montagem de volumes estabelecidos para as camadas 1 e 2, simultaneamente, conforme consta nos itens 2.4.2.2 e 2.4.3.2, respectivamente.
    - 2.4.4.1.3 Devem ser reservadas, no mínimo, 30% das conexões dos switches para contingência ou conexão com outras soluções externas, para o caso de compartilhar esta camada de retenção com outros ambientes.



- 2.4.4.1.4 Cada switch deverá ocupar, no máximo, 1U (uma unidade de rack).
- 2.4.4.2 Switch para gerência:
  - 2.4.4.2.1 Deverão ser fornecidos, em conjunto com a solução, switches Ethernet redundantes capazes de conectar, em cada um deles, pelo menos 2 portas de cada controladora ou nó das camadas de retenção e dos *appliances/virtualizadores*, para gerenciamento dos componentes da solução.
  - 2.4.4.2.2 Os switches Ethernet deverão utilizar transceptores óticos ou metálicos de, no mínimo, 1 Gbps.
  - 2.4.4.2.3 Os switches de gerência deverão possuir portas redundantes reservadas para conexão à rede externa, a fim de possibilitar o gerenciamento centralizado da solução aos usuários autorizados.
  - 2.4.4.2.4 Cada switch deverá ocupar, no máximo, 1U (uma unidade de rack).
- 2.4.5 Todo o cabeamento necessário para **conexão interna** da solução (fibras, cabos metálicos, etc.) deverá ser entregue em conjunto com os demais componentes, sem ônus adicional.
- 2.4.6 Todo o cabeamento necessário para **conexão externa** da solução (fibras, cabos metálicos, etc.) ao ambiente da CAIXA deverá ser entregue em conjunto com os demais componentes, sem ônus adicional.
  - 2.4.6.1 As especificações para o cabeamento externo são as seguintes:
  - 2.4.6.2 Fibras Multimodo:
    - 2.4.6.2.1 Cada cordão deverá ser constituído por um par de fibras ópticas multimodo 50/125µm OM4, tipo “tight”;
    - 2.4.6.2.2 A fibra óptica de cada cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em PVC;
    - 2.4.6.2.3 Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em PVC que não propaga chama;
    - 2.4.6.2.4 As extremidades deste cordão óptico duplo devem vir devidamente conectorizadas e testadas por meio de processo industrial;
    - 2.4.6.2.5 Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;
    - 2.4.6.2.6 Ser disponibilizado nas opções de terminações com conectores LC/LC;

- 2.4.6.2.7 Cumprir com as especificações da norma IEC 60793-2-10 e TIA-492AAAD (OM4);
- 2.4.6.2.8 Atender todos os requerimentos ANSI /TIA e ISO/IEC para envelhecimento, exposição à umidade, temperatura extrema, impacto, vibração e resistência a tração;
- 2.4.6.2.9 Deve ser flexível;
- 2.4.6.2.10 O cabo deve ser resistente a esforços mecânicos;
- 2.4.6.2.11 Os cabos devem ser embalados e certificados em fábrica. O registro da certificação deve vir etiquetado nas embalagens individuais de plástico;
- 2.4.6.2.12 Abaixo segue tabela com os tamanhos e a quantidade de cada cordão que a CAIXA deve solicitar:

<b>Cordão óptico multimodo</b>	
<b>Tamanho Fibra (m)</b>	<b>Qtd</b>
30	48
40	48

**2.4.6.3 Fibras Monomodo:**

- 2.4.6.3.1 Cada cordão deverá ser constituído por um par de fibras ópticas monomodo 8-10/125µm G.652;
- 2.4.6.3.2 A fibra óptica de cada cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em PVC;
- 2.4.6.3.3 Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em PVC não propagante à chama;
- 2.4.6.3.4 As extremidades deste cordão óptico duplo devem vir devidamente conectorizadas e testadas por meio de processo industrial;
- 2.4.6.3.5 Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;
- 2.4.6.3.6 Ser disponibilizado com conectores LC/LC nas 2 extremidades;
- 2.4.6.3.7 O tipo de polimento dos conectores deverá ser PC;
- 2.4.6.3.8 Atender todos os requerimentos ANSI /TIA e ISO/IEC para envelhecimento, exposição à umidade, temperatura extrema, impacto, vibração e resistência a tração;
- 2.4.6.3.9 Deve ser flexível;
- 2.4.6.3.10 O cabo deve ser resistente a esforços mecânicos.

2.4.6.3.11 Deverão possuir classe de flamabilidade do tipo LSZH;

2.4.6.3.12 Os cabos devem ser embalados e certificados em fábrica. O registro da certificação deve vir etiquetado nas embalagens individuais de plástico.

2.4.6.3.13 Abaixo segue tabela com os tamanhos e a quantidade de cada cordão que a CAIXA deve solicitar:

<b>Cordão óptico monomodo</b>	
<b>Tamanho Fibra (m)</b>	<b>Qtd</b>
40	48

2.4.6.4 Cabeamento estruturado:

2.4.6.4.1 Ser do tipo flexível;

2.4.6.4.2 Os “patch cords” deverão ser confeccionados com cabo não blindado, constituído de 08 (oito) condutores de cobre isolados individualmente e agrupados em 04 (quatro) pares trançados (UTP), com capa de proteção externa, que atenda inteiramente às exigências de normas;

2.4.6.4.3 A capa protetora externa deverá ser em material fogo retardante e apresentar resistência mecânica adequada para finalidade a que se destina;

2.4.6.4.4 Os condutores deverão ser constituídos de cobre;

2.4.6.4.5 Deverão empregar condutores de seção equivalente a 24 AWG ou menor desde que atendidas as condições de tráfego previstas em norma;

2.4.6.4.6 Na capa externa de proteção deverá ser indicada, em intervalos regulares:

- Nome do fabricante;
- Seção nominal do condutor;
- Categoria segundo EIA/TIA.

2.4.6.4.7 Os cabos deverão ser confeccionados e testados em fábrica, de acordo com as medidas de cada interligação, e estarem equipados, em ambas as extremidades, com conectores padrão RJ-45 - categoria 6, tipo macho (ISO 8877) de 08 pinos.

2.4.6.4.8 Abaixo segue tabela com os tamanhos e a quantidade de cada cordão que a CAIXA deve solicitar:

<b>Cabo metálico CAT6</b>	
<b>Tamanho Cabo (m)</b>	<b>Qtd</b>

20	4
30	4

## 2.5 Demais Características:

- 2.5.1 O suporte a todos os componentes da solução, incluindo *hardware* e *software*, deverá ser prestado de forma centralizada pela CONTRATADA, não sendo admitida a transferência do acordo de nível de serviço (Anexo I-B) a terceiros.
- 2.5.2 A solução deverá implementar mecanismos de desduplicação e/ou compressão. A taxa mínima aceitável de redução de dados global deverá ser de 3:1, independentemente do nível de utilização dos equipamentos.
- 2.5.3 A solução deve ser composta em racks padronizados de até 46U.
- 2.5.4 O *appliance/virtualizador de backup mainframe* deve permitir a recuperação de dados diretamente da camada de retenção 2, sem a necessidade de restaurar qualquer dado na camada de retenção 1.
- 2.5.4.1 Caso a solução precise implementar a funcionalidade de recuperação de dados da camada 2, utilizando a camada 1 de forma intermediária, a área utilizada para essa finalidade deverá ser fornecida de modo complementar, a fim de não diminuir a capacidade útil requerida na camada 1.
- 2.5.5 A solução deve possuir compatibilidade para implementar o recurso WORM (*Write Once Read Many*) nos volumes virtuais, independente da camada onde os dados estejam armazenados.
- 2.5.6 A solução deve possuir algum mecanismo que permita a criação de cópias independentes entre as fitas virtuais, utilizando ponteiamento dos dados originais e armazenamento somente das alterações realizadas na cópia.
- 2.5.6.1.1 Esta funcionalidade será utilizada para o caso de necessidade de testes e *Disaster Recovery*.
- 2.5.7 A solução deverá implementar algum mecanismo para proteção de dados, no caso de interrupção abrupta do fornecimento de energia, independente da camada onde estejam armazenados os dados.
- 2.5.7.1.1 Esta exigência é aplicável apenas aos *backups* já concluídos (*committed*), em relação ao sistema operacional IBM z/OS.
- 2.5.8 A gerência da solução deverá ser feita através de console baseada em tecnologias Web, onde deve ser possível visualizar o status do *hardware*, balanceamento de carga entre os componentes da solução, edição de

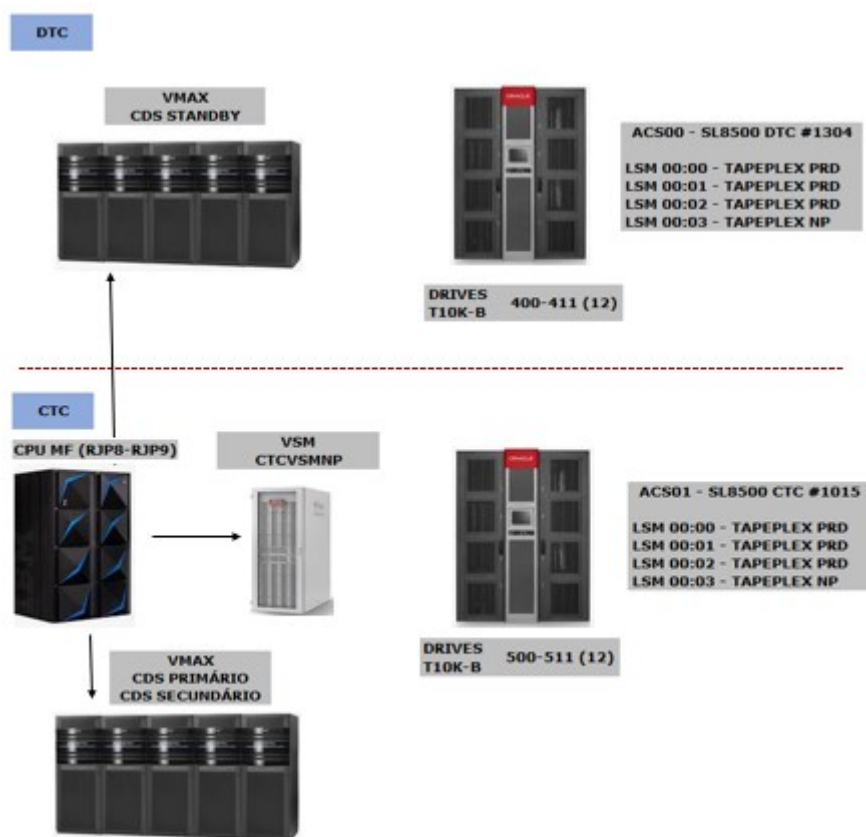
políticas e configurações da solução, além da geração de relatórios de consumo dos recursos.

- 2.5.8.1 A console de gerência deverá estar hospedada, preferencialmente, em conjunto com a solução (sem a utilização de recursos externos) de modo redundante entre os sites da CAIXA.
- 2.5.8.2 No caso da utilização de ambientes virtualizados externos à solução, a console deverá ser implementada em *cluster* de modo a garantir o acesso mesmo em caso de indisponibilidade de algum componente ou até mesmo de um site inteiro.
- 2.5.8.3 Os relatórios de consumo da solução devem incluir o tempo de criação e retenção dos volumes virtuais, tamanho dos *backups*, horários de maior utilização, tendência de consumo de espaço de armazenamento e classificação de volumetria de *backup* por tempo de expiração.
  - 2.5.8.3.1 Caso a solução ofertada não possua alguma das informações solicitadas no item 2.5.8.3, serão aceitos relatórios complementares elaborados pela CONTRATADA, conforme definições da CAIXA a partir do IBM z/OS, de forma que essas informações sejam encaminhadas periodicamente por e-mail, para carga em páginas *Web* ou qualquer outro formato a ser definido pela CAIXA.
- 2.5.9 A solução deverá gerenciar, de forma automática, a tierização dos dados entre as camadas de retenção da solução, com base nas políticas que serão especificadas pelo gerenciador de catálogo no Mainframe e/ou pela ferramenta de gerenciamento da solução.
- 2.5.10 A solução deve ser compatível com o gerenciador de fitas magnéticas GFS/AFM.
- 2.5.11 Desejável que a solução seja homologada, licenciada e certificada com as ferramentas de automação de virada de site para a plataforma mainframe - IBM GDPS (*Geographically Dispersed Parallel Sysplex*) ou DELL EMC GDDR (*Geographically Dispersed Disaster Restart*), com apresentação de declaração dos fabricantes da solução de automação ou comprovação pública.

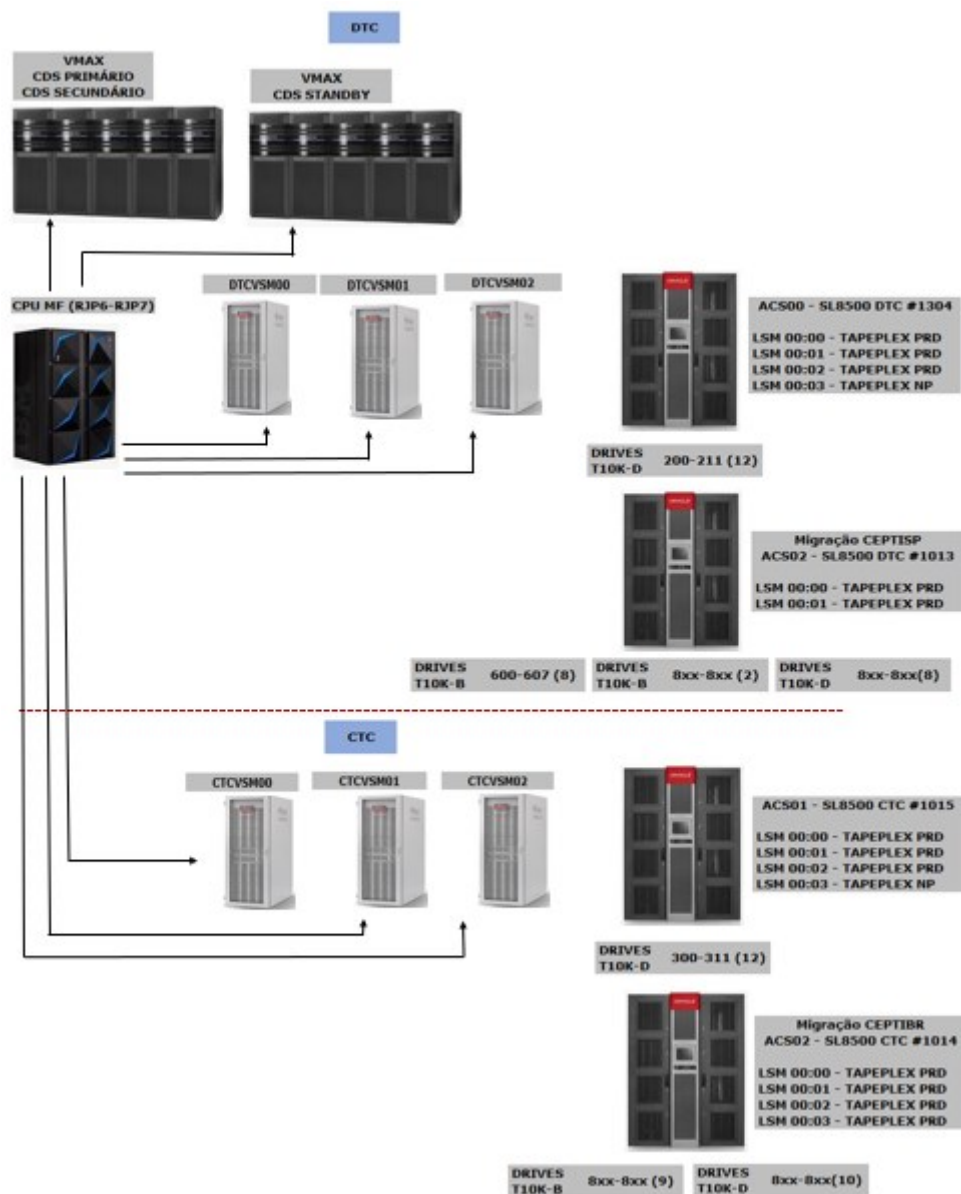
## **2.6 SERVIÇOS ADICIONAIS**

- 2.6.1 Informações do ambiente atual:
  - 2.6.1.1 Quantidade de virtualizadores: 7 ORACLE VSM6 de 200 TB (50 TB físicos).
  - 2.6.1.2 Quantidade de drives T10KB: 43.
  - 2.6.1.3 Quantidade de drives T10KD: 42.

- 2.6.1.4 Quantidade de fitotecas automatizadas: 4 ORACLE SL8500 com 6.600 posições cada.
- 2.6.1.5 Quantidade de cartuchos T10KT1: 10.100
- 2.6.1.6 Quantidade de cartuchos T10KT2: 5082
- 2.6.1.7 Quantidade de cartuchos virtuais: ~6.000.000
- 2.6.1.8 Volume atual de dados em backup: ~102 Petabytes
- 2.6.1.9 Distância entre os sites da CAIXA: 16 KM físicos (40 KM lógicos).
- 2.6.2 Topologia da infraestrutura de backup mainframe:
- 2.6.3 Ambiente Não Produção:



## 2.6.4 Ambiente Produção:



## 2.6.5 Migração de dados:

- 2.6.5.1 O fornecedor deverá propor uma estratégia de migração de dados da solução de *backup mainframe* em uso na CAIXA para a nova solução, objeto desta especificação técnica.
- 2.6.5.2 Após aprovação da CAIXA em relação à estratégia proposta, o fornecedor deve elaborar um plano de trabalho que será utilizado durante todo o processo de migração.
- 2.6.5.3 A migração ocorrerá conforme cronograma previamente acordado entre a CAIXA e o fornecedor.



- 2.6.5.4 O serviço de migração deverá ser dividido nas seguintes etapas:
  - 2.6.5.4.1 Classificação dos dados armazenados na solução em uso na CAIXA por tempo de retenção.
  - 2.6.5.4.2 Estratégia de migração para as cargas mais prioritárias a serem migradas para a nova solução.
  - 2.6.5.4.3 Estratégia de migração ou gerenciamento dos dados remanescentes.
  - 2.6.5.4.4 Definição de modelo de funcionamento onde ambas as soluções de *backup mainframe* (legada e nova) possam conviver até que a migração seja concluída.
- 2.6.5.5 Durante o tempo em que as soluções de *backup mainframe* estiverem coexistindo no ambiente da CAIXA, devem ser tomadas todas as medidas para que ocorra o menor impacto possível quanto à *performance* das soluções em relação aos serviços que as utilizam.
- 2.6.5.6 Todos os recursos necessários para realizar a migração dos dados da solução em uso na CAIXA para a nova solução, objeto desta especificação, deverão ser entregues à CAIXA pelo fornecedor sem nenhum ônus adicional.
  - 2.6.5.6.1 Entende-se por recursos para migração as seguintes ações: alocação presencial de especialistas durante todo o período de migração e o fornecimento de *hardware* e/ou *software* necessário para execução do processo de migração.
  - 2.6.5.6.2 A alocação dos especialistas durante o período de migração deverá ser previamente acordada com a CAIXA.
  - 2.6.5.6.3 A entrega de *hardware* e/ou *software* adicional para viabilizar a migração deverá ser comunicada previamente à CAIXA (em relação à migração) para que haja reserva de recursos físicos e/ou computacionais suficientes para instalação desses recursos.
- 2.6.6 Otimização do ambiente de *backup mainframe*:
  - 2.6.6.1 O fornecedor, após analisar o ambiente de *backup mainframe* da CAIXA, deverá sugerir melhorias quanto aos processos de *backup* executados, sendo aceitos os seguintes itens para atendimento desta exigência:
    - 2.6.6.1.1 Ajustes nas *schedules* das janelas de *backup*;
    - 2.6.6.1.2 Recomendação de políticas de *backup* mais eficientes e aderentes às melhores práticas de mercado;

- 2.6.6.1.3 Recomendação de funcionalidades específicas da nova solução, incluindo integração com recursos disponíveis em outros produtos (por exemplo: storage, *mainframe*, rede, etc.);
- 2.6.6.1.4 Estratégia de proteção de dados mais eficientes para nichos específicos, tais como: bancos de dados DB2 e IDMS, arquivos do sistema operacional z/OS, arquivos sequenciais, entre outros.
- 2.6.6.2 O fornecedor, em conjunto com a equipe técnica da CAIXA, será responsável por apresentar relatórios sumarizados de melhorias antes, durante e após a implementação da nova solução de *backup mainframe*, demonstrando as diferenças nos tempos de execução de rotinas, na quantidade de dados armazenados, na taxa de recuperação de *backups* com sucesso e demais parâmetros que venham a ser definidos pela CAIXA.
- 2.6.7 Repasse de conhecimento:
  - 2.6.7.1 Durante a implementação da solução de *backup*, incluindo o período de migração de dados, o fornecedor deverá providenciar o repasse de conhecimento das ferramentas e componentes da solução à equipe técnica da CAIXA, de forma que a administração e operação seja feita de forma independente.
  - 2.6.7.2 O repasse de conhecimento da solução de *backup* deverá contemplar todas as funcionalidades especificadas neste documento.
  - 2.6.7.3 O repasse de conhecimento poderá ser feito por meio da elaboração de manuais operacionais da solução por escrito ou ministração de cursos presenciais, ambos deverão ser realizados em língua portuguesa do Brasil.

## **2.7 OUTRAS CARACTERISTICAS**

- 2.7.1 No sentido de buscar a economia de energia e controle de emissão de poluentes destacamos que a fabricante do equipamento, a ser fornecido pelo vencedor do certame, deverá possuir pelo menos uma das seguintes certificações:
  - 2.7.1.1 Certificação UL 60950, IEC 60950 ou EN60950;
  - 2.7.1.2 Certificação de Eficiência energética FCC Classe A, CE ou IEC 61000;
  - 2.7.1.3 Certificação ISO 14001.
- 2.7.2 Além disso, o fornecedor também deve atender os seguintes dispositivos:
  - 2.7.2.1 Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

- 2.7.2.2 O fabricante dos produtos ofertados, deverá possuir comprovação de atendimento a pelo menos uma diretiva de TI verde, como por exemplo RoHS, WEEE, etc.
- 2.7.2.3 A comprovação das certificações e atendimento às legislações específicas de sustentabilidade de que tratam os itens 2.7.1 a 2.7.2.2 pode se dar através de documento nacional ou internacional, desde que acompanhado de versão traduzida para o português.
- 2.7.2.3.1 Especificamente para o item 2.7.2.1, o licitante deverá apresentar uma declaração, atestando o atendimento à referida Lei.
- 2.7.3 Acesso Remoto:
- 2.7.3.1 A solução de *backup* deverá possuir função de acesso remoto para diagnóstico remoto em caso de falhas ou defeitos.
- 2.7.3.2 Os dispositivos necessários para a implementação dessa funcionalidade são de responsabilidade da CONTRATADA, à exceção da conexão à internet, que será fornecida pela CAIXA.
- 2.7.3.3 O acesso remoto será controlado pela CAIXA e só poderá ser habilitado com autorização expressa da CAIXA.
- 2.7.3.4 Cabe a CONTRATADA informar antecipadamente à CAIXA qualquer necessidade de acesso remoto.
- 2.7.3.5 Todas as intervenções realizadas remotamente são de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a ela responder por quaisquer danos porventura decorrentes dessas intervenções.
- 2.7.3.6 A solução deverá possuir função de “call-home”, através de linha VPN (“Virtual Private network”) ou acesso seguro equivalente para diagnóstico remoto em caso de erros/defeitos, comunicando-se com a central do fabricante.
- 2.7.3.7 A intervenção remota será controlada pela CAIXA, restringindo-se ao tempo necessário para resolução do problema.
- 2.7.3.8 Caso seja necessário um servidor e SO externo à solução, para implementação da funcionalidade, será fornecido pela CAIXA.
- 2.7.4 Alimentação Elétrica:
- 2.7.4.1 Faixa de operação de tensão de entrada dos equipamentos: de 200V a 380V, monofásica, bifásica ou trifásica, conforme a necessidade da solução a ser contratada.
- 2.7.4.2 Frequência: 60Hz ( $\pm 1\%$ ).

- 2.7.4.3 Cada rack da solução deverá possuir sistema de fontes de alimentação redundantes, com dispositivo de alerta no caso de falha e com capacidade suficiente para suportar todos os componentes em caso de falha em qualquer fonte.
- 2.7.4.4 Cada rack da solução deverá garantir a redundância da alimentação de energia através de dois circuitos elétricos.
- 2.7.4.5 A solução deverá ser fornecida com todos os cabos de força, assim como os conectores macho e fêmea para conexão à rede elétrica da CAIXA.
- 2.7.4.6 Deverá ser utilizado o padrão de mercado - STECK P+N+T, 2P+T, 3P+T ou 3P+N+T. A faixa de tensão deverá estar entre 200V-380V, com corrente de 32A ou 63A, conforme a necessidade do equipamento.
- 2.7.4.7 Cada rack da solução deverá possuir PDUs redundantes para alimentação elétrica em 220 Volts e frequência de 60 Hz.

## **2.8 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA A SER FORNECIDA**

- 2.8.1 A licitante deverá fornecer, junto com a proposta, um descritivo resumido da configuração da solução, incluindo o *hardware* e o *software* que a compõe, discriminando os recursos ofertados: tipo e modelo dos equipamentos, número e tipo de dispositivos de armazenamento utilizados nas camadas de retenção, capacidade de memória dos servidores, nós ou controladoras que compõem as camadas de retenção, quantidade de placas e portas para conexão, etc.
- 2.8.2 As especificações dos produtos propostos devem ser claras e precisas, com indicação dos requisitos técnicos constantes na especificação técnica, devendo ser comprovados através de publicações técnicas e específicas, manuais e prospectos que devem ser parte da proposta, relacionando qual página da documentação fornecida atende a que item do Edital.

**ANEXO I-A****FORMA DE EXECUÇÃO E SERVIÇOS AGREGADOS**

- 1. DOS SERVIÇOS DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS PRODUTOS**
- 1.1** A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes serviços de entrega, instalação e configuração dos equipamentos, componentes ou soluções objeto deste edital visando sua operacionalidade total:
  - a) Fornecimento de *Check List* em formato xls/csv para conferência do equipamento/componente/solução entregue, contendo todos os itens especificados na proposta comercial e as seguintes informações:
    - Nº de série;
    - Modelo;
    - Categoria (Tipo I, Tipo II, Tipo III, Licenças, Gerência Centralizada, etc);
    - Fabricante;
  - b) Projeto executivo com a proposta de configuração e customização do equipamento/componente/solução;
  - c) Retirada do equipamento/componente das embalagens;
  - d) Movimentação do equipamento/componente da sala de quarentena para a sala de produção;
  - e) Instalação física do equipamento/componente;
  - f) Cabeamento do equipamento;
  - g) Energização do equipamento;
  - h) Configuração inicial do equipamento/solução de acordo com o projeto executivo;
  - i) Transferência de conhecimento sobre o gerenciamento do equipamento/solução de pelo menos 4 horas de forma a habilitar pelo menos um dos técnicos do time da CAIXA a operar o equipamento;
  - j) Atualização/instalação dos softwares que compõem a solução;
  - k) Customização da solução, conforme plano de arquitetura definido pela Caixa.
- 1.1.1** Caso sejam necessários testes após o processo de abertura da embalagem do equipamento, a CONTRATADA fica obrigada a realizar os testes em local definido pela CAIXA, realizando os testes, desmontando, transportando e reinstalando o equipamento na sala de PRODUÇÃO.
- 1.2** A CONTRATADA deve avaliar, previamente, as condições de transporte e instalação da solução em ambos os sites da CAIXA, se adequando aos respectivos ambientes.
- 1.3** A CONTRATADA deverá, caso necessário, adaptar e/ou construir as tomadas elétricas do equipamento adquirido, no momento da instalação,

de forma que as unidades de distribuição de força atendam às exigências de disponibilidade do equipamento.

- 1.4 Fica sob responsabilidade da contratada disponibilizar a função de abertura automática de chamados para a central do fabricante, através de linha VPN ("Virtual Private network") ou acesso seguro, visando acelerar o diagnóstico remoto em caso de erros/defeitos.
- 1.4.1 Os dispositivos necessários para a implementação desta funcionalidade são de responsabilidade da CONTRATADA, à exceção da linha telefônica comum ou conexão com à internet, que será fornecida pela CAIXA.
- 1.5 A CONTRATADA deverá fornecer um documento constando o Projeto Executivo, no qual descreverá a proposta de configuração e customização dos equipamentos para atender as necessidades da CAIXA.
- 1.6 É de responsabilidade da CONTRATADA instalar, configurar, formatar e customizar (visando a melhor performance possível) a solução (hardware e software), com o acompanhamento da equipe técnica da CAIXA, visando o repasse de tecnologia e conhecimentos, em data e horário a serem determinados pela CAIXA, a ser realizado em dia útil ou não.
- 1.7 A CONTRATADA deve possuir e informar página da Internet na qual estejam disponíveis drivers atualizados, últimas versões de firmware e demais informações sobre detalhes técnicos dos equipamentos, sem restrições de acesso público ou acesso via cadastramento de pessoas autorizadas pela CONTRATANTE.
- 1.8 A CONTRATADA deverá realizar ações preventivas nos equipamentos, pelo menos a cada 12 (doze) meses, de acordo com o cronograma a ser elaborado pela CONTRATADA e ratificado pela CAIXA, durante todo o período de garantia dos equipamentos objeto deste edital.
- 1.8.1 A ação preventiva de hardware compreende a verificação das partes mecânicas, elétricas e eletrônicas, limpeza, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, testes, substituição de peças gastas ou defeituosas, observado o disposto nos manuais técnicos emitidos pelo fabricante dos equipamentos.
- 1.8.2 A ação preventiva de software compreende a verificação das configurações, verificando a existência de divergências em relação as melhores práticas do fornecedor, avaliação do histórico de problemas do ambiente, buscando prevenir problemas similares e identificar vícios de hardware/software ou problemas relacionados à configuração.
- 1.8.3 A ações preventivas nos itens anteriores são exemplificativas e não representam todo o escopo de atuação da CONTRATADA.
- 1.8.4 Estas ações podem ser dispensadas a critério da CAIXA.

- 1.9 A CONTRATADA deverá manter a CAIXA informada das versões/atualizações, correções (patches) e vulnerabilidades dos produtos, contemplando inclusive todos os sistemas operacionais.
- 1.10 A CONTRATADA deverá gerar um relatório mensal, que deve ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, contemplando todas as atualizações, versões e correções (patches) disponibilizados no mês anterior.
- 1.11 A CONTRATADA deverá fornecer novas versões/atualizações, através de mídias ou pela Internet, dos produtos constantes neste edital sem qualquer custo adicional à CAIXA visando garantia da compatibilidade binária e operacional destes softwares com os equipamentos adquiridos;
- 1.12 A CONTRATADA tem como obrigação de demonstrar no portal do fabricante que os componentes da solução ofertada: hardware e software, estão cobertos com a garantia prevista neste edital.

## **2. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

- 2.1 O prazo de entrega dos equipamentos e licenças não deverá exceder a 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da data da solicitação da CAIXA e a instalação com a implementação de todas as funcionalidades deverá ser executada em até 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da data do aceite de entrega dos equipamentos.
  - 2.1.1 Os dias adicionais oriundos de alterações no agendamento de manutenção, a pedido da CAIXA, serão acrescidos ao prazo indicado.
- 2.2 Os equipamentos/componentes devem ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação, não sendo aceitos equipamentos/componentes usados, remanufaturados ou de demonstração, exceto quando os mesmos forem utilizados na fase de análise de amostra ou homologação.
- 2.3 Após a entrega dos equipamentos, a CAIXA efetuará, em conjunto com a CONTRATADA, a conferência dos volumes entregues de acordo com o check list indicado no item 1 alínea “a” e, estando em conformidade com o termo de referência, a CAIXA emitirá o termo de aceite de entrega dos equipamentos para assinatura das partes.
- 2.4 Caso não ocorra o aceite de entrega, a CAIXA encaminhará à licitante vencedora a motivação da não emissão do aceite, concedendo um prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os problemas apontados na referida motivação sejam solucionados. Findo esse prazo, a CAIXA aplicará as sanções previstas neste edital.
- 2.5 Após a conclusão da instalação de todas as funcionalidades pela contratada, que não deverá ultrapassar o período de 120 (cento e vinte) dias corridos após a entrega do equipamento/componente/solução, a



CAIXA emitirá termo de aceite da instalação da solução para assinatura das partes.

- 2.6 O prazo máximo para emissão do termo de aceite é de 20 (vinte) dias úteis após a entrega das funcionalidades totalmente instaladas (com todos os itens especificados neste termo de referência atendidos).
- 2.6.1 Caso a CAIXA ache necessário, poderá solicitar ao fornecedor que demonstre algumas ou todas as funcionalidades instaladas, sendo que o tempo necessário para esta validação não será contabilizado no prazo indicado no item anterior.
- 2.6.2 As funcionalidades serão aferidas através da console do produto, interface gráfica, interface por linha de comando, inspeção física visual, ou demonstração das funcionalidades instaladas, devendo qualquer discrepância ser esclarecida de forma clara e inequívoca.
- 2.6.3 Constatando-se defeitos, e/ou quaisquer falhas nos materiais, que prejudiquem a sua utilização, a CAIXA poderá colocar parte ou a totalidade do material defeituoso à disposição da contratada, para que seja substituído no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos a partir da data de solicitação pela CAIXA, sendo de inteira responsabilidade da fornecedora todos os ônus decorrentes da retirada e reposição, o que não a exime das sanções previstas em Lei.
- 2.6.4 A CAIXA se reserva o direito de utilizar o material com irregularidade, desde a sua apuração até a efetiva troca, sempre que a falta do material possa acarretar paralisação nas atividades e prejuízos a esta Instituição Financeira, ficando a contratada obrigada ao ressarcimento total dos lotes contendo as divergências apontadas.
- 2.7 Quando da entrega dos equipamentos, mediante solicitação da CONTRATADA e aceite por parte da CAIXA, poderão ser aceitos equipamentos tecnologicamente superiores aos avaliados na proposta técnica, desde que não acarretem ônus adicional para CAIXA.
- 2.8 A CAIXA poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante a qualquer tempo, informando a data de compra.
- 2.9 Todos os equipamentos devem ser entregues em caixas lacradas pelo fabricante, acompanhados de documentação técnica e de manuais necessários para sua instalação, configuração e operacionalização.
- 2.10 O fornecedor compromete-se a disponibilizar os manuais completos do equipamento, apresentados de forma eletrônica na internet em site público e em meio de armazenamento eletrônico (USB flash driver), da seguinte forma:
  - 2.10.1 Manual do usuário, editados em português (Brasil) ou inglês, com índice analítico, contendo informações detalhadas e atualizadas sobre a

instalação, configuração, operação e administração da solução adquirida (gerência centralizada).

- 2.10.2 Manual do usuário, editados em português (Brasil) ou inglês, com índice analítico, contendo informações detalhadas e atualizadas sobre a instalação, configuração, operação e administração de cada equipamento

### **3. DO LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS PRODUTOS**

- 3.1 Os equipamentos devem ser entregues na CETAD, no complexo CTC/DTC ou em qualquer outra localidade de Brasília/DF, conforme necessidade da CAIXA.

Unidade	Endereço	Cidade	UF
CETAD/DTC (Complexo Datacenter CAIXA/BB)	Parque Tecnológico Capital Digital, lote nº 3. Granja do Torto, CEP 70636-000	Brasília	DF
CETAD/CTC (Centro Tecnológico CAIXA)	SIG - Setor de Indústrias Gráficas, quadra 1 lote 685/705, CEP 70.610-410	Brasília	DF

### **4. DA GARANTIA**

- 4.1 A CONTRATADA deve fornecer garantia total de 60 (sessenta) meses para os equipamentos juntamente com os seus componentes de hardware e software contados a partir do aceite de instalação emitido pela CAIXA.
- 4.2 Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para a CAIXA, a CONTRATADA está obrigada a:
- 4.2.1 A prestação dos serviços de assistência corretiva e técnica com a substituição de peças dos equipamentos, hardware, software e firmware em regime ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas do dia, os 7 (sete) dias da semana, ou seja, todos os dias do ano, dentro dos prazos contratados, a partir da abertura de chamado técnico junto à CONTRATADA, durante a vigência da garantia dos equipamentos;
- 4.2.1.1 Entende-se por chamado qualquer acionamento técnico realizado pela CAIXA, ou por seus representantes e acionamento enviado automaticamente por equipamentos.
- 4.2.1.2 Os serviços de suporte técnico poderão ocorrer de maneira simultânea em diferentes equipamentos, desde que não causem indisponibilidades de sistemas/serviços/ferramentas da CAIXA.
- 4.2.2 Substituir peças, partes, ou componentes defeituosos, por itens novos, sem uso anterior, homologadas pelo fabricante, que possuam capacidade e todas as funcionalidades iguais ou superiores aos elementos substituídos;

- 4.2.3 Coletar peças, partes ou componentes com defeito para o correto descarte, em até 15 (quinze) dias corridos após a substituição.
- 4.2.4 Garantir por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, após a vigência da garantia, o fornecimento dos componentes de hardware e/ou software, para manutenções, suporte técnico ou ampliações, de forma que possam ser mantidas todas as funcionalidades inicialmente contratadas.
  - 4.2.4.1 A Contratada deverá garantir ter condições de manter o fornecimento dos componentes de hardware e/ou software, para manutenções, suporte técnico ou ampliações, preço de mercado, por pelo menos mais 24 (vinte e quatro) meses após o período de vigência da Garantia.
  - 4.2.4.2 Caso haja neste período a descontinuidade de fabricação dos componentes, deve ser também garantida total compatibilidade dos itens substitutos com os originalmente fornecidos.
- 4.2.5 Efetuar assistência técnica corretiva sempre que a solução apresentar falhas que impeçam o seu funcionamento normal e/ou requeiram a intervenção de técnico especializado.
  - 4.2.5.1 Nos casos em que os serviços de assistência técnica necessitem de paradas de equipamento(s), a CAIXA deve ser notificada para providenciar a aprovação das atividades, ou agendar nova data para execução das atividades.
  - 4.2.5.2 As ferramentas e equipamentos necessários à assistência técnica serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.3 Caso seja verificada necessidade, a CAIXA poderá determinar a transferência do equipamento (após instalação inicial) ou componentes (por exemplo discos de dados), na mesma ou para outra localidade, devendo ser mantida a garantia do equipamento ou componente pelo tempo restante previsto neste contrato sem custo adicional para a CAIXA.
- 4.4 Para a realização dos serviços especificados neste anexo, a CONTRATADA poderá utilizar ferramentas (software aplicativo) de sua propriedade, desde que autorizado pela CAIXA e destinado a facilitar a execução dos serviços e diagnósticos de problemas;
- 4.5 Todos os serviços descritos neste item deverão ser prestados pela CONTRATADA sem custo adicional, durante toda a vigência da garantia, sendo os prazos de execução objeto de acordo prévio entre a CONTRATADA e a CAIXA.
- 4.6 O descumprimento de quaisquer das obrigações deste anexo, ficará sujeito às sanções previstas no edital.

**5. DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO**

- 5.1 Entende-se por serviços de suporte técnico a prestação de serviços visando à reparação de eventuais falhas ou inconsistências detectadas em um produto de hardware e/ou software (SO/Firmware), de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento dos produtos/equipamentos e seus módulos ou componentes com o ambiente CAIXA, assim como na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento da plataforma, promovendo sua perfeita operacionalização.
- 5.2 O suporte técnico inclui:
- 5.2.1 Reparos e procedimentos de forma a restabelecer o funcionamento dos equipamentos, incluindo a substituição das peças necessárias.
- 5.2.2 Fornecimento de peças e componentes originais novos e sem uso, para reparo dos equipamentos, sendo sua substituição de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.2.3 Emissão de relatório técnico para a intervenção realizada, programada ou de emergência, ressaltando os fatos importantes e detalhando as intervenções, de forma a manter registros completos das ocorrências com vistas a subsidiar as decisões da administração da CAIXA, caso requeiram.
- 5.2.4 Acompanhar e executar, em atendimento a requisito da CAIXA, as operações desligar/ligar (POWER OFF e POWER ON) dos equipamentos e/ou manutenções elétricas nos ambientes.
- 5.2.5 Participar de reuniões técnicas durante a vigência do contrato, sempre que solicitado pela CAIXA, para discussão dos problemas verificados no período e diagnóstico das soluções adotadas, assim como para análise das opções de melhorias possíveis no ambiente CAIXA, visando à utilização máxima dos recursos disponíveis.
- 5.3 O suporte técnico remoto ou local ("on site") será prestado pela CONTRATADA em tempo integral, mediante requisição (chamado) da CAIXA, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 5.4 O suporte técnico local será realizado de forma a solucionar os problemas do equipamento e suas ferramentas (incluindo sistema operacional e plataforma de provisionamento), desde que com a concordância e acompanhamento de empregados da CAIXA.
- 5.5 O suporte técnico remoto é todo aquele prestado por telefone, e-mail, chat, acesso remoto, ou internet.
- 5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA o acesso ao seu "Centro de Suporte Técnico", por via da Rede Internet (Web), em tempo

integral, além de disponibilizar número de telefone gratuito com pronto atendimento em português.

- 5.7 Além disso, o Suporte Técnico deve garantir:
  - 5.7.1 O acompanhamento do status do chamado para a prestação de suporte técnico, via ferramenta integrada com a CAIXA ou Central de Atendimento, com recebimento de notificações por correio eletrônico e telefone (ligação gratuita) ou por outro meio disponível.
  - 5.7.2 A pesquisa em base de conhecimento com soluções para problemas conhecidos, incluindo alertas de produtos, comunicações de “end-of-support”, instruções passo-a-passo de instalação de produtos, artigos técnicos, documentação de produtos e disponibilização de patches, como também informações relativas aos bugs documentados dos softwares que compõe a Solução.
  - 5.7.3 Configuração dos componentes da solução para o funcionamento integrado ao ambiente de sistemas internos da CAIXA, visando melhor utilização e maximização da solução ofertada neste ambiente.
  - 5.7.4 Suporte à integração da solução adquirida com o ambiente operacional da CAIXA, que garanta o pleno funcionamento do equipamento no ambiente operacional com as aplicações desenvolvidas pela CAIXA, envolvendo análise, configuração do equipamento e parecer técnico com as recomendações e resolução do problema;
  - 5.7.5 Administração e análise de falhas do ambiente objeto do contrato;
  - 5.7.6 Suporte preventivo e proativo que garantam a melhor utilização da solução ofertada obtendo-se o máximo de desempenho para os Sistemas/Aplicativos da CAIXA;
  - 5.7.7 Participação e assistência no planejamento e execução de serviços juntamente com a equipe de administração do ambiente;
  - 5.7.8 Emissão, quando solicitado pela CAIXA, de relatório com parecer técnico e recomendações;
  - 5.7.9 Geração e análise tempestiva de “dumps”, “crashes” e “hang” do sistema.
  - 5.7.9.1 A CONTRATADA deverá fornecer de maneira permanente e por equipamento, todos os subsídios, incluindo software, hardware e dispositivo de armazenamento adicional necessário à perfeita execução da análise acima.
  - 5.7.10 A CONTRATADA também deverá manter a CAIXA sempre informada de todas as versões e atualizações disponibilizadas para uso, assim como das alterações, correções e vulnerabilidades dos componentes da Solução.

- 5.7.10.1 Todas as comunicações ou informações da CONTRATADA para a CAIXA devem ser feitas por meio de métodos formais, por escrito, sendo aceitos para isso o envio de ofício, mensagem eletrônica (e-mail) ou, ainda, ata de reunião técnica realizada com a equipe CAIXA, neste último caso, desde que o documento esteja assinado por todos os participantes da reunião.
- 5.7.11 Também deverá ser disponibilizada a atualização tecnológica e fornecimento para a CAIXA de todas as novas versões, features e releases dos componentes da Solução que forem disponibilizadas durante a vigência do contrato e da garantia, assim como o fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a sua correta utilização.
- 5.7.12 As novas versões e atualizações estáveis que surgirem durante a vigência do contrato e da garantia deverão ser informadas e disponibilizadas à CAIXA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir do seu lançamento.
- 5.7.13 As novas versões e atualizações deverão ser entregues nas unidades de instalação dos equipamentos, acompanhadas de manuais e/ou boletins informativos das funcionalidades implementadas e procedimentos de instalação.
- 5.8 Deverão ser realizadas reuniões técnicas entre a CONTRATADA e a CAIXA durante a vigência do contrato e da garantia, para discussão dos problemas verificados no período e diagnóstico das soluções adotadas, assim como para análise das opções de melhorias possíveis no ambiente CAIXA, visando à utilização máxima dos recursos disponíveis.
- 5.8.1 Preferencialmente serão utilizados os recursos de audioconferência e videoconferência para a realização das reuniões técnicas.
- 5.8.2 Quando necessário, realizar-se-ão reuniões presenciais em Brasília-DF, conforme solicitação da CAIXA.
- 5.8.3 Todos os prazos para atendimento do suporte técnico começarão a ser contados a partir da abertura do chamado, independentemente deste ter sido feito via sistema automático, ou por telefone, fax ou e-mail nos casos de indisponibilidade do sistema de atendimento.
- 5.9 Os serviços de suporte técnico deverão ser estendidos aos novos componentes provenientes da evolução da solução e prestados durante toda a vigência do contrato e da garantia.

## **6. DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO**

- 6.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar ao longo da vigência do contrato e da garantia, para cada equipamento, 120 (cento e vinte) horas de serviço de suporte técnico especializado, totalizando 720 horas, sem ônus adicional, contemplando as atividades inerentes à instalação,

configuração, operação e otimização do funcionamento da solução contratada.

- 6.2 O serviço de suporte técnico deverá ser prestado por profissional com último nível de certificação na tecnologia contratada e fluente em português.
- 6.3 A CAIXA poderá requisitar o profissional por meio de chamado técnico, telefone, e-mail e/ou ferramenta CAIXA de gerenciamento de chamados, sendo o atendimento on-site ou remoto, conforme definido pela CAIXA.
- 6.4 O suporte técnico especializado possui a finalidade de realizar atividades relativas à orientação sobre operação e administração do ambiente, incluindo minimamente as atividades:
  - 6.4.1 Operação do software de gerenciamento ofertado, para atividades de monitoramento proativo e execução de configurações e alterações solicitadas pela CAIXA;
  - 6.4.2 Fornecer atendimento às atividades relacionadas pela CAIXA referentes ao ambiente ofertado;
  - 6.4.3 Execução de funções operacionais, como alocação de volumes e alterações de configuração, reconfiguração, reformatação e definição das áreas e conexões dos equipamentos, conforme solicitação da CAIXA;
  - 6.4.4 Suporte às mudanças, em atividades fora do horário comercial e noturnas (finais de semana, feriados, datas comemorativas etc.), de instalações físicas planejadas junto à CAIXA e acompanhamento in-loco para realocação e religação dos equipamentos instalados;
  - 6.4.5 Assistência na criação e parametrização do ambiente tanto na configuração de todos os seus componentes, bem como na configuração de softwares, monitoração e operação;
  - 6.4.6 Elaboração de documentação com a avaliação dos resultados atingidos e comparação com o que foi proposto no plano de projeto, e indicação das novas necessidades da CAIXA para a realização de projetos futuros;
  - 6.4.7 Elaboração de relatório mensal contendo diagnóstico, métricas (estabelecidas pela Caixa) e recomendações de melhoria, atualização do ambiente de rede;
  - 6.4.8 Direcionamento de questões relacionadas à segurança e integração das soluções com ferramentas externas e outras tecnologias;
  - 6.4.9 Análise de requisições para extensão de ambientes previamente implantado em projeto, e dimensionamento de infraestrutura, baseado na saúde do ambiente;
  - 6.4.10 Avaliação para otimização do desempenho, através de métricas de monitoramento e logs;



- 6.4.11 Elaboração de relatórios de atividades;
- 6.4.12 Compartilhamento de casos de sucesso.
- 6.4.13 Acompanhamento pré-implantação, janelas de manutenção e pós-implantação;
- 6.4.14 Assistência e acompanhamento de testes funcionais e de carga no ambiente;
- 6.4.15 Assistência a aplicação e disseminação de melhores práticas utilizadas pelo fabricante da solução e integração com soluções compatíveis descrita no corpo do termo de referência;
- 6.4.16 Assistência à Gestão de Crises e condução de investigação associada a chamados junto à equipe de suporte do fabricante;
- 6.4.17 Elaboração de planejamento de atividade de teste de contingência (disaster recovery) do ambiente;
- 6.4.18 Além de outras funções de operação e administração do ambiente não especificamente relacionadas.
- 6.5 Todos os serviços descritos neste item deverão ser prestados pela CONTRATADA sem custo adicional, podendo ser solicitado durante toda a vigência da garantia, sendo os prazos de execução objeto de acordo prévio entre a CONTRATADA e a CAIXA.
- 6.6 O início do atendimento para os serviços solicitados pela CAIXA deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis.
- 6.7 Ao final de cada atendimento deverá ser emitido RAT – Relatório de Atendimento Técnico, detalhando os serviços prestados.
- 6.7.1 A equipe CAIXA terá 5 dias úteis para emitir o aceite do documento.
- 6.8 Não haverá entre os empregados da CAIXA e os da CONTRATADA, subordinação técnica, administrativa ou funcional, não se estabelecendo, portanto, vínculo empregatício nas relações decorrentes do futuro contrato, arcando cada parte com todos os encargos sociais e fiscais relativos aos seus respectivos empregados e comprometendo-se a, sempre que solicitado pela CAIXA, apresentar os comprovantes dos recolhimentos.

## **7. DO ATENDIMENTO**

- 7.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente prover a integração do seu sistema de controle de chamados com o sistema da CAIXA.
- 7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento única que possua capacidade de recebimento e emissão automática de chamados

(trouble-tickets), para possibilitar comunicação com a ferramenta de gestão de serviços da CAIXA (GSC – BMC/ITSM), ou outra que a CAIXA venha a utilizar, de modo a permitir a implementação de sistemática de troca de mensagens eletrônicas Webservices, protocoladas entre a CAIXA e a CONTRATADA e entre CONTRATADA e a CAIXA para abertura, fechamento e atualização da situação do chamado.

- 7.3 Cabe à CONTRATADA a integração do seu sistema de atendimento com o da CAIXA, de modo que a abertura do chamado e seu respectivo fechamento sejam gerenciados pelo sistema de HELP DESK da CAIXA, sem ônus adicionais.
- 7.3.1 A CAIXA irá informar à CONTRATADA o formato do registro eletrônico a ser trocado entre os sistemas.
- 7.4 A CONTRATADA terá prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da solicitação da CAIXA, para efetuar a integração de sua ferramenta de chamados com a ferramenta de controle de chamados CAIXA.
- 7.4.1 Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo de integração valerão os dados da CAIXA, sobre os chamados, de forma sumária.
- 7.5 A qualquer tempo, a CAIXA poderá solicitar alterações no fluxo de integração entre o Sistema de Atendimento da CAIXA e o sistema de atendimento da CONTRATADA e, nesse caso, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 dias para implementar as alterações que porventura sejam solicitados pela CAIXA.
- 7.6 O número do chamado do Sistema de Atendimento da CAIXA será o número chave para qualquer tratativa relacionada ao chamado (verificação sobre o andamento do atendimento, informações sobre o fechamento, cálculo referente à glosa/multa, e outros).
- 7.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para abertura e registro dos chamados técnicos através de ligação telefônica gratuita, funcionando em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, ou seja, todos os dias do ano;
- 7.8 A CONTRATADA deverá informar, em até 05 dias após a assinatura do contrato, o telefone e e-mail da central de atendimento, e outros dois e-mails e telefones, para acionamento em caso de indisponibilidade da central de atendimento.
- 7.9 Até que ocorra a integração das ferramentas, em caso de indisponibilidade da ferramenta da CAIXA, ou em casos em que a CAIXA julgar pertinente, outras formas de consulta e tratamento dos chamados poderão ser utilizadas.
- 7.9.1 Nesse caso, poderão ser efetuados chamados por telefone do tipo 0800, Internet (WEB), correio eletrônico, central de atendimento da

CONTRATADA, com atendimento em português, atendendo à Unidade Operacional da CAIXA solicitante do serviço.

- 7.9.2 Nos casos em que os chamados não forem abertos através da ferramenta de gerenciamento de demandas da CAIXA, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro e/ou protocolo na abertura para que seja acompanhado e tratado dentro da ferramenta de gerenciamento da CAIXA.
- 7.10 A CONTRATADA será responsável pela abertura e acompanhamento de chamados técnicos junto aos centros de suporte técnico dos fabricantes, bem como o acompanhamento da resolução desses chamados e implantação das soluções sugeridas acordadas junto à CAIXA, incluindo os chamados abertos automaticamente;
- 7.11 A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento ao chamado da CAIXA para prestar os serviços de suporte técnico, nos prazos estabelecidos neste documento, a serem contabilizados de forma corrida a partir da abertura do chamado.
- 7.11.1 O termo “forma corrida” indica que a contagem de tempo se dará de maneira contínua, ou seja, sem interrupções, exceto aquelas que sejam provocadas pela CAIXA.
- 7.12 O tempo de solução do chamado, quando a pendência estiver sob responsabilidade da CAIXA, a exemplo, envio de documentação, não será contabilizado no prazo de atendimento estabelecido.
- 7.13 O atendimento ao chamado da CAIXA, para prestar suporte e/ou manutenção corretiva, reparação de eventuais falhas no produto, configuração e parametrização será efetuado nas localidades de instalação dos equipamentos.
- 7.14 A solução operacional e definitiva do problema técnico deverá ser concluída nos prazos estabelecidos neste documento, a serem contabilizados de forma corrida, a partir da abertura do chamado, descontado o tempo que ficou sob responsabilidade da CAIXA.
- 7.15 Entende-se como solução operacional, a disponibilidade do equipamento/componente, porém de forma paliativa ou temporária.
- 7.16 Entende-se como solução definitiva, a resolução completa da causa do problema.
- 7.17 A CONTRATADA compromete-se a realizar a conclusão dos chamados no instante da resolução definitiva do serviço de atendimento, sendo que esta conclusão deverá ser executada diretamente pelo técnico ou pela Central de Atendimento da CONTRATADA, mediante interface com o Sistema de Atendimento da CAIXA.
- 7.17.1 O fechamento do chamado deverá ocorrer somente após autorização da CAIXA.

- 7.18 A qualidade dos serviços será aferida na forma estabelecida no Cálculo do Nível de Serviço deste termo de referência.
- 7.19 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso às informações relativas a problemas (bugs) documentados pelo fabricante e à documentação referente aos produtos e componentes especificados neste documento.
- 7.20 A CONTRATADA deverá realizar trabalho preventivo de revisão dos ambientes, identificando problemas relacionados com a implementação de novos produtos e/ou versões.
- 7.21 A CONTRATADA deverá analisar e recomendar mensalmente a aplicação de updates, fixes, alertas de segurança e patches críticos, garantido maior disponibilidade ao ambiente e produtos.
- 7.21.1 A atividade do item anterior deve ser realizada em conjunto com o fabricante do equipamento conforme definido no serviço de suporte técnico especializado.
- 7.22 Todos os termos constantes deste item deverão ser atendidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.
- 7.23 A Critério da CAIXA, os chamados poderão ser abertos, acompanhados e fechados por equipe própria ou terceirizada.
- 7.24 A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA, referente aos equipamentos e softwares objeto desta licitação, os seguintes serviços:
  - 7.24.1 Acesso ao centro de suporte técnico dos fabricantes, com disponibilidade de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ou seja, todos os dias do ano;
  - 7.24.2 Permissão para abertura e acompanhamento de chamados no centro de suporte técnico do fabricante dos equipamentos e softwares, a qual deverá ser disponibilizada através da Internet (web), correio eletrônico e telefone (ligação gratuita), sob demanda;
  - 7.24.3 Os chamados abertos com o fabricante devem ser atendidos por time técnico sênior familiarizado com o ambiente CAIXA e com priorização de atendimento em relação a outras chamadas;
  - 7.24.4 Os chamados que necessitem de serviços de engenharia e desenvolvimento de produtos devem ser priorizados;
  - 7.24.5 Acesso à documentação do fabricante referente aos equipamentos, componentes integrantes destes equipamentos e softwares, com:
    - 7.24.5.1 Acesso à documentação, através da Internet, sem custos adicionais;
    - 7.24.5.2 Acesso às informações relativas a problemas (bugs) documentados pelo fabricante;

7.24.5.3 Acesso a mecanismos de solução de problemas para diagnóstico de falhas de hardware e software, utilizando a mesma metodologia empregada pelo fabricante.

7.24.6 A CONTRATADA deverá manter, nas unidades ou nos locais de execução dos serviços, prepostos, em caráter permanente ou volante, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar, dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas às solicitações da CAIXA.

## **8. DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO DE CHAMADOS**

8.1 Descrição da Severidade dos chamados:

Severidade	Descrição
1 - Crítica	Problema no produto que gera indisponibilidade em sistemas/serviços produtivos que dependem desse ativo.
2 – Alta	Problema no produto que gera perda de redundância ou impacto em determinado sistema/serviço produtivo que dependem desse ativo.
3 - Média	Problema contornável que não gera perda de redundância ou qualquer impacto aos sistemas/serviços produtivos que dependem desses ativos.
4 - Baixa	Consultas técnicas e dúvidas sobre os produtos

8.2 Entende-se por:

- TMIA - Tempo máximo para início de atendimento: Tempo máximo requerido para o início do atendimento ao produto, que pode ser feito inicialmente por meio telefônico;
- TMSO - Tempo máximo para solução operacional: Tempo máximo de recuperação, ou seja, tempo requerido para contornar o problema e deixar o sistema/serviço disponível e restabelecer a redundância do produto/componente;
- TMSD - Tempo máximo para solução definitiva do chamado: Tempo máximo requerido para solucionar em definitivo a causa do problema.
- TMED – Tempo máximo para esclarecimento de dúvida: Tempo máximo requerido para esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas.

8.3 Todos os termos constantes deste item deverão ser obedecidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.

8.4 Despesas relativas a deslocamentos dos equipamentos para a correção de problemas técnicos e adequações/ajustes de configurações ocorrerão

por conta da CONTRATADA, sob sua exclusiva responsabilidade e sem ônus para a CAIXA.

- 8.5 A falta de peças não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 8.6 Na finalização dos serviços, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com o técnico da CAIXA ou terceirizada, testes com os equipamentos, definidos a critério da CAIXA, certificando-se de que os recursos foram restabelecidos e o problema foi efetivamente solucionado.
- 8.7 Para cada manutenção, caso solicitado pela CAIXA, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico detalhado e conclusivo da causa do problema e da solução que foi adotada para o seu restabelecimento em até 15 (quinze) dias corridos após a solicitação.
- 8.8 Quando o chamado de consulta técnica tratar da elaboração de relatórios de performance do ambiente o TMED a ser considerado será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da solicitação e considerando o tempo necessários para coleta de informações pela CONTRATADA no ambiente da CAIXA.

## **9. DO NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (NMS) E SEU CÁLCULO**

- 9.1 O Nível de Serviço é um indicativo de qualidade da prestação do serviço.
- 9.1.1 A qualidade da prestação de serviços será apurada por meio de Indicadores, cuja finalidade é garantir o atendimento aos chamados, bem como a sua priorização.
- 9.1.2 Os descontos/multas serão cumulativos para cada dia, hora ou fração de atraso de cada chamado fechado no mês de referência de acordo com sua severidade.
- 9.1.2.1 Durante a vigência do contrato, serão feitos descontos nas respectivas faturas do mês, no caso de descumprimento dos indicadores de Nível de Serviço.
- 9.1.2.2 Após a vigência do contrato e durante a vigência da garantia apartada, o descumprimento dos indicadores de Nível de Serviço ensejará a cobrança de multa.
- 9.1.3 Indicadores:

TMIA – Tempo máximo de início de atendimento	
Item	Tempo máximo para início do atendimento em caso de falha: tempo máximo requerido para o início do atendimento ao chamado em qualquer horário.

Finalidade	Garantir o início do atendimento conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1	15 min
	2	30 min
	3	2h
	4	4h
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	TMIA = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: (Data/hora fim do início do atendimento – data/hora início do chamado) Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Cálculo do desconto/multa	TMIA (qualquer severidade)	0,01% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		
TMSO – Tempo máximo de solução operacional		
Item	Tempo máximo de solução operacional: tempo máximo requerido para contornar o problema e viabilizar a operação de leitura/escrita.	
Finalidade	Garantir a solução operacional conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1	4h
	2	12h
	3	48h
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	TMSO = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: ((Data/hora fim da solução operacional – data/hora início do chamado) – tempo sob responsabilidade da CAIXA)  Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Cálculo do desconto/multa	TMSO SEV1	0,025% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de



		cada chamado
	TMSO SEV2	0,015% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMSO SEV3	0,01% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		

TMED – Tempo máximo para esclarecimento de dúvida		
Item	Tempo máximo requerido para esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas.	
Finalidade	Garantir o esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas conforme prazo acordado.	
Meta a cumprir	Tempo previsto	72h
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	<p>TMED = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula:  <math display="block">((\text{Data/hora fim da solução definitiva} - \text{data/hora início do chamado}))</math> </p> <p>Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.</p>	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Cálculo do desconto/multa	TMED SEV4	0,010% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		

TMSD – Tempo máximo de solução definitiva		
Item	Tempo máximo de solução definitiva: tempo máximo requerido para resolver o problema de forma definitiva.	
Finalidade	Garantir a solução operacional conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1	48 horas
	2	72 horas
	3	120 horas
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	

Mecanismo de cálculo	<p>TMSD = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula:  <math>((\text{Data/hora fim da solução definitiva} - \text{data/hora início do chamado}) - \text{tempo sob responsabilidade da CAIXA})</math></p> <p>Quando a duração do atraso não for múltiplo exato de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.</p>	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Desconto/multa	TMSD	0,25% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		

- 9.1.3.2 Para os chamados cujo atendimento seja relacionado a Software/Sistema Operacional que implique disponibilização de nova versão do produto, patches e/ou melhorias não haverá cálculo para TMSD.
- 9.1.4 A apuração dos indicadores será mensal.
- 9.1.5 Todos os prazos para atendimento e solução começarão a ser contados a partir da abertura do chamado, independentemente de ter sido feito via telefone, fax, e-mail ou solução de abertura automática de chamados.
- 9.1.6 Considera-se plenamente solucionado o problema quando restabelecidos os sistemas/serviços e a redundância for restabelecida sem restrições, ou seja, quando não se tratar de solução paliativa.
- 9.1.7 Para os chamados de criticidade 2, 3 e 4, quando não providas às soluções nos prazos definidos, serão estes automaticamente escalados para o nível de criticidade superior, em processos sucessivos, até que seja atingido, em cada caso, o nível de criticidade 1, sendo, ao mesmo tempo, ajustados os prazos e multas de acordo com os níveis de criticidade atingidos, sem prejuízo da penalidade fixada para o nível de criticidade anterior.
- 9.2 No final do atendimento e solução da ocorrência, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com o técnico da CAIXA, teste para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e/ou solução do problema.
- 9.3 Ao final do atendimento (fechamento do chamado), a CONTRATADA deverá registrar as causas do problema e a solução adotada.
- 9.4 A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal das atividades executadas de suporte técnico, que deverá ser entregue ao Gestor Operacional do Contrato.
- 9.4.1 A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, em meio eletrônico e em português,

relatório detalhado referente às atividades de assistência técnica de hardware e software quando prestadas, incluindo obrigatoriamente os campos abaixo:

- Data/hora da abertura do chamado técnico;
- Identificação do software;
- Identificação do hardware,
- Identificação da localidade;
- Nome do responsável pela abertura do chamado;
- Severidade do chamado;
- Número de identificação do chamado;
- Descrição do problema;
- Descrição da solução implantada;
- Data/hora do início do atendimento;
- Data/hora da conclusão da solução operacional;
- Data/hora da solução definitiva do chamado;
- Detalhamento do tempo em que a ação ficou sob responsabilidade da CAIXA;
- Consolidado dos chamados que não atenderam os prazos estabelecidos neste anexo com suas devidas justificativas.

9.5 Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a CAIXA fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro chamado.

9.6 Toda e qualquer atualização tecnológica e suporte técnico devem ser executados somente mediante prévia autorização da CAIXA, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados apresentados pela CONTRATADA.

9.7 Todos os termos constantes deste item deverão ser obedecidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.

## **10. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

10.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA 12 (doze) passaportes/vouchers para participação, de forma ilimitada, de quaisquer treinamentos disponíveis na grade do fabricante da solução relativos ao objeto contratado.

10.1.1 Os passaportes deverão ser entregues em até 30 dias corridos após a solicitação da CAIXA e poderão ser solicitados dentro do prazo de vigência contratual e da garantia.

10.1.2 Tais passaportes serão direcionados aos profissionais indicados pela CAIXA e poderão ser ativados a qualquer momento mediante solicitação da CAIXA durante a vigência da garantia do equipamento, sendo válidos durante o período de 12 (doze) meses a partir de sua ativação.

- 10.1.3 Os vouchers/passaportes deverão ser emitidos pelo fabricante e devem conter as orientações de ativação e prazos de validade em conformidade com as cláusulas contidas no contrato.
- 10.2 Os treinamentos selecionados da grade do fabricante deverão possuir conteúdos suficientes para que o treinando passe a conhecer os produtos ora fornecidos neste contrato, seu funcionamento e sua arquitetura de modo a estarem aptos a:
- Operar plenamente os equipamentos;
  - Implementar suas funcionalidades e configurá-las de forma a atender às necessidades da CAIXA;
  - Atuar na determinação de problemas envolvendo o equipamento;
  - Avaliar situações que envolvam aspectos de performance/desempenho propondo ações de melhoria;
  - Realizar o planejamento de capacidade e desempenho.
- 10.3 Os cursos disponibilizados deverão fazer parte do calendário oficial de treinamento do fabricante no Brasil e incluir os treinamentos básicos e avançados dos equipamentos, devendo oferecer o material didático necessário e acesso a laboratório para aplicação do conteúdo do treinamento.
- 10.4 A critério da CAIXA a turma poderá ser presencial ou remota, e deverão ser ministrados em Brasília com turma mínima de 6 pessoas.
- 10.5 Os treinamentos devem ocorrer nas dependências da CONTRATADA e/ou FABRICANTE, em território nacional. As despesas de deslocamento dos técnicos (treinandos) indicados serão de responsabilidade da CAIXA.
- 10.6 Serão admitidos treinamentos ministrados em português do Brasil e material didático em português do Brasil ou inglês dos EUA.
- 10.7 Após a assinatura do contrato a CAIXA, juntamente com a CONTRATADA, deverá definir um plano de treinamento com a utilização do voucher/passaporte.
- 10.8 Ao final de cada evento, os participantes com o mínimo de 80% de presença deverão receber certificados de participação, e ainda:
- 10.8.1 Deverá ser realizada pesquisa de satisfação entre os participantes.
- 10.8.2 Os critérios e os itens a serem avaliados serão definidos entre a contratada e a CETAD - CN Gestão Ambiente Tecnológico Alta Disponibilidade.
- 10.8.3 Caso o curso não atinja a avaliação mínima, geral e em suas subcategorias, como de nível satisfatório, a contratada deverá tomar providências de realização de nova transferência de conhecimento dentro de um prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

- 10.8.4 Cada nome indicado pela CAIXA para uso dos vouchers terá direito a realizar 4 (quatro) provas de certificação sem ônus para CAIXA.
- 10.9 A CAIXA emitirá, em até 10 dias úteis após o final da realização das atividades de transferência de tecnologia, um Termo de Aceite da transferência de tecnologia.
- 10.10 A CAIXA, após a execução e aceite dos serviços e verificação do exato cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento da transferência de conhecimentos, no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, após entrega da nota fiscal/fatura que deverá ser apresentada à CAIXA até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
- 10.10.1 As notas fiscais/faturas deverão ser entregues na CEAUS – CN ATENDIMENTO USUÁRIOS DE TI, localizada no endereço SETOR SAUS QUADRA 3 BLC E 8 AND - MATRIZ II, ASA SUL, Brasília/DF, CEP: 70.070-030, e-mail ceaus14@caixa.gov.br.
- 10.10.2 O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA.
- 10.10.3 A data de pagamento será prorrogada na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à CONTRATADA emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

## **11. PLANO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 11.1 A Contratada fica obrigada a participar de pesquisa de avaliação de desempenho da execução contratual, que poderá ser realizada, a critério da CAIXA, no decorrer da vigência contratual, podendo abordar aspectos tais como:
- Qualidade dos serviços;
  - Qualificação dos profissionais;
  - Execução das atribuições do gerente e/ou preposto do contrato;
  - Aspectos de negociação;
  - Cumprimento de ações de melhorias;
  - Satisfação geral;
  - Outros aspectos relativos à execução do contrato.
- 11.2 Havendo a avaliação de desempenho, a CAIXA informará o conceito obtido pela Contratada e poderá indicar a necessidade de apresentação de Plano de Melhoria pela Contratada, caso ela obtenha avaliação inferior ao limite definido pela Contratante e previamente informado à Contratada.

11.3 O Plano de Melhoria, a ser homologado pela CAIXA, deve propor ações objetivas e com prazos determinados, com vistas a elevar o desempenho da Contratada.

11.4 Quando definida a necessidade de apresentação do Plano de Melhoria, o não atendimento no prazo estabelecido pela CAIXA sujeitará a Contratada às sanções previstas no Contrato.

## **12. CONSIDERAÇÕES SOBRE FATURAMENTO**

12.1 A CN Gestão Ambiente Tecnológico Alta Disponibilidade (CETAD) será a unidade responsável pelo ateste dos produtos/serviços decorrentes da presente contratação.

12.2 As faturas devem ser emitidas e entregues na CN Atendimento Usuários de TI (CEAUS), localizada no endereço SETOR SAUS QUADRA 3 BLC E 8 AND - MATRIZ II, ASA SUL, Brasília/DF, CEP: 70.070-030 e-mail [ceaus14@caixa.gov.br](mailto:ceaus14@caixa.gov.br), para as providências de pagamento.

12.3 A CAIXA, após recebimento da nota fiscal/fatura e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à contratada no 12º dia útil após a apresentação da fatura, com o ateste da área responsável, mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente, em agência da CAIXA, conforme os marcos descritos na tabela abaixo:

Etapa	Valor	Condição de Pagamento	Prazo de entrega/execução
Entrega dos equipamentos	60% do valor dos equipamentos	Entrega e conferência de todos os componentes físicos e lógicos que compõem a solução e emissão do aceite de entrega	Em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação CAIXA.
Instalação dos recursos	20% do valor dos equipamentos	Ateste da Caixa de que os componentes da solução, físicos e lógicos, se encontram totalmente operacionais (instalados e configurados).	Em até 120 (cento e vinte) dias corridos, após o aceite da entrega dos equipamentos
Atividades de migração	5% do valor dos equipamentos após concluído 1/4 da migração.	Validação pela CAIXA das atividades de migração constantes Especificação Técnica	Até o fim da vigência contratual.
Atividades de migração	5% do valor dos equipamentos após concluído 2/4 da migração.	Validação pela CAIXA das atividades de migração constantes Especificação Técnica	Até o fim da vigência contratual.
Atividades de	5% do valor	Validação pela CAIXA das	Até o fim da vigência

migração	dos equipamentos após concluído 3/4 da migração.	atividades de migração constantes Especificação Técnica	contratual.
Atividades de migração	5% do valor dos equipamentos após concluído 4/4 da migração.	Validação pela CAIXA das atividades de migração constantes Especificação Técnica	Até o fim da vigência contratual.
Transferência de Conhecimento	100% do valor do voucher	No 12º dia útil do mês subsequente a entrega dos vouchers, mediante ativação dos vouchers.	Em até 30 dias corridos após a solicitação da CAIXA



**ANEXO I-B****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

- 1 A CONTRATADA deverá assinar o TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, conforme modelo abaixo, após a assinatura do contrato em reunião a ser realizada entre a CAIXA e o respectivo fornecedor.
- 2 A CONTRATADA deverá repassar o teor do Termo de Confidencialidade a todos os empregados que forem efetivamente executar o contrato.

---

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

---

Pelo presente instrumento particular firmado no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil

De um lado:

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada e constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, e Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se, presentemente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.437, de 05.06.08, alterado pelo Decreto nº. 6.796 de 17/03/2009, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília/DF, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados.

E, de outro lado:

\_\_\_\_\_, com  
sede \_\_\_\_\_ no  
\_\_\_\_\_,  
cidade de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº.  
\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, neste ato representada nos termos de seus atos  
constitutivos, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO a existência de negociações preliminares destinadas à verificação da viabilidade da celebração de contratos definitivos relativos à contratação de empresa para o fornecimento de solução de *backup open* com proteção de dados e gerenciamento de informações, composta por *appliance* de *backup* e *software*, com garantia de 60 meses para *hardware* e *software*.

CONSIDERANDO que a apresentação de proposta comercial e a elaboração do contrato demandam a troca de dados e informações confidenciais de relevo para ambas as partes;

CONSIDERANDO que a elaboração de projeto impõe a revelação de detalhes da criação e de sigilo da propriedade intelectual.

As **PARTES** acima qualificadas ajustam celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** com que se comprometem a manter sigilo de todas as informações a que tiverem acesso durante as negociações preliminares e a prestação dos serviços que vierem a ser eventualmente contratados, bem como repassar para os empregados que forem, efetivamente, executar o contrato.

Comprometem-se, pois, a cumprir e honrar as cláusulas e condições a seguir ajustadas, as quais declaram aceitar como justas e conformes à vontade livremente declarada:

## **1. Informações Confidenciais.**

---

1.1 Para fins do presente ajuste, a expressão “Informações Confidenciais” significará:

- (a) toda e qualquer informação revelada, fornecida ou comunicada (seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, fotografias, gráficos, projetos, plantas, planilhas ou qualquer outra forma) por qualquer uma das partes, direta ou indiretamente através de seus administradores, diretores, funcionários, empregados, prepostos ou contratados a qualquer título (doravante designados em conjuntos “Representantes”) durante a fase de negociações preliminares, de desenvolvimento de projeto de prestação de serviços ou de programas de computador, ou ainda, por ocasião da celebração, ou mesmo da execução do contrato definitivo de prestação de serviços.
- (b) todas as anotações, análises, compilações, estudos e demais documentos elaborados pelas partes ou por seus Representantes relacionados à prestação de serviços negociada, ainda que não venham a ser contratada;
- (c) a existência das negociações preliminares descritas;
- (d) todo ou qualquer detalhe dos termos ajustados nesse e/ou nos futuros contratos celebrados entre as partes.

## **2. Obrigação de Sigilo**

---

2.1 As Partes obrigam-se a manter em sigilo e a não disponibilizar a quaisquer terceiros os termos e as condições do presente Contrato, bem como qualquer Informação Confidencial a que tiverem acesso em virtude do presente Contrato, sendo autorizada a revelar a terceiro qualquer informação confidencial apenas mediante prévia autorização escrita da CAIXA.

2.2 As partes devem tomar todas as providências necessárias para evitar a revelação de Informações Confidenciais, divulgando-as, internamente, somente a seus Representantes que devam deliberar sobre o contrato ou

desempenhem funções relevantes para a elaboração da proposta ou para a execução do respectivo objeto, e estritamente na medida necessária.

- 2.3 A divulgação não autorizada de qualquer Informação Confidencial por qualquer de seus Representantes gera a responsabilidade da CONTRATADA por ato de seu preposto, independentemente de culpa. A Parte deverá, ainda, tomar todas as providências (inclusive judiciais) necessárias para impedir seus prepostos de revelar ou utilizar, de forma proibida ou não autorizada, Informações Confidenciais.
- 2.4 A CONTRATADA assegurar-se-á de que as Informações Confidenciais não venham a ser copiadas ou reproduzidas de forma alguma nem pela parte, nem por seus Representantes, nem por quaisquer terceiros, sem o consentimento expresso e por escrito da outra parte, ressalvadas as cópias necessárias à elaboração da proposta de contratação e, eventualmente, à execução dos serviços que venham a ser contratados.
- 2.5 A CONTRATADA se obriga, também, a tomar todas as providências necessárias para controlar, proteger e garantir o sigilo das Informações Confidenciais que lhe forem entregues em forma documental ou em outra forma corpórea, restringindo a localização e o uso dessas Informações Confidenciais a áreas de acesso restrito e guardando essas Informações Confidenciais em compartimentos trancados e seguros enquanto não estiverem sendo utilizadas

### **3. Revelação Ordenada por Autoridade**

---

- 3.1 Caso a CONTRATADA seja obrigada, por ordem de autoridade judicial ou administrativa, a revelar Informação Confidencial ora protegida, fica obrigada a comunicar à CAIXA, imediatamente, para que esta possa se opor à revelação, devendo aguardar o decurso do prazo máximo fixado, para que a parte interessada possa utilizar todos os recursos cabíveis para a defesa de seus direitos e interesses.
- 3.2 Não tendo sido possível evitar o cumprimento da ordem de autoridade, somente poderão ser reveladas as Informações Confidenciais na extensão exigida pela autoridade.

### **4. Notificação de Violação de Sigilo.**

---

A CONTRATADA comunicará à CAIXA imediatamente toda e qualquer revelação não autorizada, esbulho ou mau uso, por qualquer pessoa, Representante ou não, de Informação Confidencial, assim que deles tomar conhecimento, tomando providências que lhe sejam exigíveis necessárias e convenientes para minimizar e estancar os danos deles decorrentes e/ou destinadas a evitar violação futura.

### **5. Prazo.**

---

- 5.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as obrigações ora contraídas durante toda a vigência das negociações preliminares e durante a

execução do contrato que eventualmente vier a ser por elas firmado (independentemente da natureza da futura relação contratual).

**6. Foro.**

---

Qualquer questão oriunda do presente Contrato será dirimida no foro de Brasília, DF.

**7. Conflito de Normas Contratuais.**

---

As normas e obrigações previstas neste instrumento, quando em conflito com aquelas que vierem a ser ajustadas pelas partes no contrato de prestação de serviços, eventualmente firmado, prevalecerão sempre, salvo quando expressamente revogadas por mútua vontade das partes.

E, estando assim acordadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**CAIXA ECONOMICA FEDERAL:****CONTRATADA:**

---

Empresa  
CNPJ  
**Representante**  
Cargo

**TESTEMUNHAS:**

1.

2.

---

Nome:  
CPF:

---

Nome:  
CPF:

**ANEXO I – C**  
**CLÁUSULAS GERAIS E ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E**  
**PRIVACIDADE**

1. CLÁUSULAS GERAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
- 1.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 1.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.7 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 1.8 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 1.9 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 1.10 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.

- 1.11 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 1.12 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.
- 1.13 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.
- 1.14 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 1.15 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:
- I. Conhecimento da política de segurança da informação da empresa contratada e da caixa, mencionada no item 1.1;
  - II. Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
  - III. Proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
  - IV. Proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
  - V. Uso seguro de dispositivos;
  - VI. Uso seguro de e-mails;
  - VII. Uso seguro de soluções em nuvem;
  - VIII. Uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
  - IX. Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
  - X. Formas defensivas contra phishing e smshing;
  - XI. Formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;

XII. Formas defensivas contra engenharia social;

XIII. Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na caixa;

XIV. Vazamento de dados e proteção de senhas;

XV. Metodologia e princípios da privacy by design e secure by design.

- 1.16 O treinamento referido no item 1.15 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 horas.
- 1.17 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.15.
- 1.18 A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 1.19 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 1.20 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 1.21 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.
- 1.22 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 1.23 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- a. Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 1.15, no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;



- b. Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 1.13, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 1.24 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:
  - a. Advertência;
  - b. Multa;
  - c. Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 1.25 A multa poderá ser aplicada na hipótese de não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do faturamento referente ao mês da ocorrência do descumprimento contratual.
- 1.26 A CAIXA poderá solicitar a apresentação de Plano de Melhoria à CONTRATADA constatado o não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual.
- 1.27 Constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a CAIXA, a seu critério, poderá promover a rescisão antecipada do CONTRATO, ressaltado o seu direito à indenização pelos prejuízos eventualmente constatados e aplicação da penalidade contratual a ela associada.
- 1.28 Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a definir o seu Plano de Continuidade de Negócios conforme **ANEXO I-B**.
- 1.29 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 1.30 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
  - a. entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
  - b. executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;

c. devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

- 1.31 A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, disponível no Portal Licitações CAIXA.
- 1.32 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação.
- 1.33 A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 1.34 A CONTRATADA deve sensibilizar semestralmente seus empregados e colaboradores, por meio de treinamento com conteúdo de segurança da informação, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 horas.
- 1.35 O conteúdo de segurança da informação mencionado, consta no item 1.15.
- 1.36 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.34 e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.
- 1.37 A CONTRATADA deve emitir relatórios, semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do semestre base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.
- 1.38 O relatório deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.
- 1.39 A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham

acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

- 1.40 A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 1.41 A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 1.42 A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 1.43 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 1.22 e dos demais a seguir:
- a. Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 1.34 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
  - b. Quantidade de relatórios, referidos no item 1.36, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base;
  - c. Quantidade de relatórios, referidos no item 1.41, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base.
- 1.44 A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.

- 1.45 A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das normas da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de informações de clientes, de empregados e colaboradores da CONTRATANTE.
- 1.46 A CONTRATADA se compromete a notificar a CONTRATANTE, assim que detectada, a violação de dados relacionados à privacidade, de forma a permitir à CONTRATANTE o cumprimento das determinações da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/18 e da ANPD.
- 1.47 A CONTRATADA assegura que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, por meio de recursos oferecidos pela CONTRATADA.
- 1.48 A CONTRATADA deve fornecer, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 1.49 A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.
- 1.50 No intuito de auxiliar a fiscalização documental durante a execução do contrato, apresenta-se a tabela a seguir, baseada nos requisitos previstos do objeto contratual e sua periodicidade, a qual a CONTRATADA deverá cumprir durante a vigência contratual:

<b>Documentação/requisito</b>	<b>Periodicidade</b>
Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço (aplicável a todos os prestadores que atuam na execução do objeto contratual)	Anual
Relatório de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA	Semestral
Resultado do indicador: Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente;	Anual

Resultado do indicador: Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente	Anual
Documentação comprobatória de cumprimento do treinamento de SI com carga horária mínima semestral de 08 horas (aplicável a todos os prestadores que atuam na execução do objeto contratual)	Anual
Relatórios relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE	Semestral
Resultado do indicador: Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento de SI / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente	Anual
Resultado do indicador: Quantidade de relatórios, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente	Semestral
Resultado do indicador: Quantidade de relatórios de incidente de segurança da informação, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente	Semestral

**ANEXO I -D****TERMO APARTADO DE GARANTIA**

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, autorizada e constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12.08.69, e Decreto nº 66.303, de 06.03.70, regendo-se, presentemente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, DE 05.06.08, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília/DF, neste ato representada pelo ....., daqui por diante designada CAIXA, ou CONTRATANTE, e, de outro, a empresa ....., com sede na cidade de ....., no Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por ....., portador da cédula de identidade RG nº ....., e inscrito no CPF sob o nº ....., doravante designada simplesmente CONTRATADA, é celebrado o presente TERMO DE GARANTIA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 397/2022. Este TERMO DE GARANTIA está vinculado ao respectivo Edital, seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, estando as partes contratantes sujeitas às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 (Lei das Estatais), Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), e respectivas alterações, bem como às cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Fornecimento de solução de backup mainframe, composta por appliance de backup para emulação de unidades de fita e camadas de retenção em subsistemas de discos, incluindo a instalação, suporte técnico especializado e transferência de conhecimentos com vigência de 24 (vinte e quatro) meses e garantia apartada de 60 (sessenta) meses, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam.

**Parágrafo Único** – As especificações do objeto, a quantidade total, os locais de entrega e a forma de execução do contrato constam do Anexo I e demais anexos do Edital que passam a integrar e complementar o presente TERMO DE GARANTIA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além de outras constantes deste TERMO DE GARANTIA e seus anexos:

I – Fornecer somente produtos novos, não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de produtos reutilizados ou recondicionados, nem fora de linha de fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações indicadas neste contrato e em seus anexos;

II - Obedecer rigorosamente ao prazo, as quantidades e locais de entrega dispostos neste Contrato e em seus anexos;

III – Cumprir, com o máximo rigor, todas as disposições constantes deste contrato e em seus anexos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecida;

IV - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações;

V - Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

VI - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos;

VII - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento objeto deste contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VIII – Substituir, em qualquer tempo, e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa do material devolvido pela CAIXA, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, na amostra do PRODUTO entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis e previstas neste contrato e em seus anexos em conformidade com a Lei;

IX – Prestar manutenção e suporte sobre os produtos objeto de contrato, durante o prazo de garantia, sem custo adicional aos previstos neste contrato;

X – Assegurar a oferta de bens de reposição e substituição durante o prazo de garantia do contrato.

XI – Cumprir todos os quesitos formulados em sua proposta técnica, que será parte integrante do Contrato.

XII – Recrutar os técnicos, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;

XIII – Disseminar, periodicamente, ao seu corpo funcional (inclusive técnicos) as orientações fornecidas pela CAIXA sobre os procedimentos e padrões CAIXA, que serão realizadas sempre que necessário;

XIV – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CAIXA;

XV – Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da



CAIXA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto do contrato;

XVI – Tomar todas as providências e realizar as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XVII – Diligenciar para que os seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

XVIII – Não permitir que seus empregados executem serviços além dos previstos no objeto deste contrato;

XIX – Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarados pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;

XX – Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre a CAIXA e os empregados da CONTRATADA;

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA deverá, durante o período de garantia, manter estrutura adequada para prestar os serviços de manutenção, assistência técnica e suporte técnico necessários ao pronto atendimento às solicitações da CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações e/ou pertences da CONTRATANTE ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

**Parágrafo Terceiro** – Todos os procedimentos descritos nesta cláusula deverão ser prestados pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CAIXA, durante todo o período de garantia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I) Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando do atendimento a CAIXA, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a CAIXA;
- II) Permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local de prestação dos serviços, desde que observadas as normas de segurança.

- III) Notificar a CONTRATADA sobre qualquer modificação nos locais de prestação dos serviços, em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, para promoção das mudanças necessárias;

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente TERMO DE GARANTIA é de 60 (sessenta) meses, contados a partir do efetivo ateste do aceite dos produtos ofertada.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se obriga a prestar a garantia dos produtos, na forma estabelecida no Edital do Pregão Eletrônico nº 397/2022 e seus anexos, que fazem parte integrante deste ajuste.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de vigência deste Termo de Garantia não guarda necessariamente consonância com o prazo estipulado para a execução do objeto descrito e especificado no Edital do Pregão Eletrônico nº 397/2022.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e, no que couber, no Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Primeiro** – Durante a vigência deste TERMO DE GARANTIA, os descumprimentos dos indicadores de Nível de Serviço ensejarão a aplicação de multas, conforme disposto no Anexo I-A – FORMA DE EXECUÇÃO E SERVIÇOS AGREGADOS

**Parágrafo Segundo** – As penalidades previstas neste TERMO DE GARANTIA, após a instrução do pertinente processo, no qual fica assegurada ampla defesa da CONTRATADA, serão lançadas no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura da CONTRATADA**  
**Nome da CONTRATADA**

**Testemunhas**

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO II****PROPOSTA COMERCIAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 397/2022****NOME DA PROPONENTE:****CNPJ:****ENDEREÇO:****TELEFONE/FAX:****E-MAIL:**

**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de solução de backup mainframe, composta por appliance de backup para emulação de unidades de fita e camadas de retenção em subsistemas de discos, incluindo a instalação, suporte técnico especializado e transferência de conhecimentos com vigência de 24 (vinte e quatro) meses e garantia apartada de 60 (sessenta) meses, de acordo com as especificações e condições constantes do edital do pregão eletrônico nº **397/2022** e seus anexos.

<b>Solução de Backup Mainframe</b>				
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Capacidade (TB)/Vouchers (A)</b>	<b>Valor por TB/Voucher (B)</b>	<b>Total (AxB)</b>
1	Appliance de backup para o ambiente mainframe e Camada de retenção 1	18.824		
2	Camada de retenção 2	118.132		
3	Transferência de Conhecimento	12 (vouchers)		
<b>TOTAL GLOBAL (24 meses)</b>				

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$.....(valor por extenso)**

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ( ) dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias)

**PRAZO DE GARANTIA DO EQUIPAMENTO:** No mínimo 60 (sessenta) meses.

**PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** Conforme definido no Termo de Referência.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:** para cada equipamento ofertado, incluir informações, abrangendo, no mínimo: marca, modelo, fabricante, módulos, licenciamentos e, se houver, indicação de endereço do sítio de internet onde a CAIXA poderá, caso considerar necessário, buscar mais informações acerca dos equipamentos, ou manual/folder do fabricante e respectivos itens, onde poderão ser obtidas/capturadas informações técnicas dos produtos ofertados, que, de forma inequívoca, identifiquem as

configurações cotadas, em aderência com o Termo de Referência (ANEXO I) e demais Anexos deste edital.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2. Que seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato objeto da presente licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

3. Que não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto desta licitação com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com empregado(s) CAIXA que exerça(m) cargo em comissão ou função de confiança ou com dirigente(s) CAIXA:

- em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação e/ou contrato;
- na área demandante da licitação;
- na área que realiza a licitação.

4. Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.3 e subitens deste edital.

5. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

6. Que o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s).

Local e data

---

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

**INSTRUÇÕES:**

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR GLOBAL, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br);

2.1. A licitante deverá efetuar o *login* no sistema por meio da opção “Acesso ao Sistema”, no link “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”, preencher os campos solicitados (e-mail e senha), e clicar em “*entrar*”, escolher a opção “Encaminhar/Alterar Propostas”, localizada no quadro “Minhas Atividades”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Envio de Proposta”, escolher o(s) item(ns) que deseja participar e digitar o valor proposto;

2.1.1 Para anexar a proposta comercial, clicar em “Anexar Arquivo”, em seguida “Procurar”, localizar o documento e clicar em “Enviar”, conferir e clicar em “Fechar”.

3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

**ANEXO III****PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS**

Solução de Backup Mainframe				
Item	Descrição	Capacidade (TB)/Vouchers (A)	Valor por TB/Voucher (B)	Total (AxB)
1	Appliance de backup para o ambiente mainframe e Camada de retenção 1	18.824	R\$ 1.569,13	R\$ 29.537.303,12
2	Camada de retenção 2	118.132	R\$ 209,55	R\$ 24.754.560,60
3	Transferência de Conhecimento	12 (vouchers)	R\$ 46.400,00	R\$ 556.800,00
<b>TOTAL GLOBAL (24 meses)</b>				<b>R\$54.848.663,72</b>

**ANEXO IV****MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_, PARA O FORNECIMENTO \_\_\_\_\_, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações em Brasília - CECOT/BR, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no endereço SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Edifício Filial, 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, neste ato representada pelo(a) \_\_\_\_\_ (*indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação*), daqui por diante designada CAIXA, de um lado e, de outro, a empresa \_\_\_\_\_ (*indicar o nome da empresa em caixa-alta e negrito*), inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (*indicar o endereço completo, inclusive CEP*), neste ato representada por \_\_\_\_\_ (*indicar e qualificar o representante da contratada*), doravante designada CONTRATADA, em face da autorização do(a) \_\_\_\_\_ (*nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº \_\_\_\_\_*), de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, constante do Processo Administrativo nº 5688.01.1832.0/2022, **PE 397/2022**, têm justo e contratada a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculada ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 e, subsidiariamente, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado), bem como às cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de solução de backup mainframe, composta por appliance de backup para emulação de unidades de fita e camadas de retenção em subsistemas de discos, incluindo a instalação, suporte técnico especializado e transferência de conhecimentos com vigência de 24 (vinte e quatro) meses e garantia apartada de 60 (sessenta) meses.

**Parágrafo Único** - A especificação pormenorizada do objeto contratado, o quantitativo, a forma de execução do contrato, o(s) local(is) de entrega, bem como as obrigações



específicas da Contratada estão indicadas no Termo de Referência - Anexo I, que integra e complementa este contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, bem como as demais disposições deste contrato;
- II prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- III Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto;
- IV Dispor-se a fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento objeto deste contrato, com a qualidade e rigor exigidos;
- VI Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- VII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- IX Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;
- X Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- XI Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

- XII Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XIII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XIV Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato;
- XV Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- XVI Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- XVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XVIII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CESTI - CN SUPORTE TI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço:  
  
CESTI - CN SUPORTE TI  
Endereço: Parque Tecnológico Capital Digital, Lote 3  
Bairro: Granja do Torto  
Brasília/DF  
CEP: 70636-700
- XIX Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato.
- XX Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições deste contrato, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;

- XXI Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XXII Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXIII Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- XXIV Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública;
- XXV Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;
- XXVI Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA ([https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina\\_inicial.aspx](https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx) ).
- XXVII Responsabilizar-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros.
- XXVIII Recrutar e contratar mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências e promoções.
- XXIX Adotar o Padrão Tecnológico CAIXA, promovendo todas as ações necessárias para torná-la adequada com este padrão, podendo ser revisto e atualizado a critério da CAIXA.

- XXX Participar de reuniões técnicas e/ou gerenciais de Ponto de Controle, presenciais ou remotas, a critério da CAIXA, prestando esclarecimentos às equipes CAIXA sobre questões relativas à documentação, adequações e integrações solicitadas.
- XXXI Executar todos os serviços necessários para a implantação do objeto, atendendo aos requisitos de integração com todos os produtos previstos no ambiente operacional definido, de modo que seja garantido o seu pleno funcionamento em conformidade com suas especificações técnicas.
- XXXII Manter seu corpo técnico atualizado em relação às tecnologias, normas e metodologias adotadas pela CAIXA, capacitando às suas expensas os profissionais envolvidos na execução dos serviços.
- XXXIII Os profissionais alocados para a prestação do serviço deverão apresentar a qualificação técnica conforme natureza do serviço.
- XXXIV Prestar apoio técnico à sua equipe, durante toda execução dos serviços, garantindo a qualificação necessária dos profissionais alocados, respeitando os perfis e qualificações definidos no contrato e anexos.
- XXXV Atuar em todas as fases/etapas dos serviços para os quais foi CONTRATADA, avaliando o seu desenvolvimento e promovendo ações que assegurem os resultados esperados pela CAIXA.
- XXXVI Garantir a conformidade dos produtos construídos em relação aos requisitos funcionais, ou quaisquer outros requisitos, normas, padrões ou processos fornecidos pela CAIXA.
- XXXVII Manter a CAIXA sempre informada de todas as versões e atualizações disponibilizadas para uso, assim como das alterações, correções e vulnerabilidades dos softwares, obedecendo aos prazos estabelecidos.
- XXXVIII Entregar o serviço sempre conferido e testado, juntamente com as evidências dos testes realizados, cumprindo rigorosamente o cronograma previsto, responsabilizando-se pela imediata correção dos erros verificados, sem ônus para a CAIXA.
- XXXIX Realizar, durante o período de vigência, sem ônus para a CAIXA, toda correção decorrente dos erros ou falhas que tenha cometido na execução dos serviços ou decorrentes de integração e adequação sistêmica, independente da data em que a solução tenha sido implantada em produção.
- XL Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento do objeto deste contrato, com a qualidade e rigor exigidos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA;
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;
- II Notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- IV Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado pela CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** - No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS**

Pela perfeita execução do objeto deste contrato, obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

Solução de Backup Mainframe				
Item	Descrição	Capacidade (TB)/Vouchers (A)	Valor por TB/Voucher (B)	Total (AxB)
1	Appliance de backup para o ambiente mainframe e Camada de retenção 1	18.824		
2	Camada de retenção 2	118.132		
3	Transferência de Conhecimento	12 (vouchers)		
<b>TOTAL GLOBAL (24 meses)</b>				

**Parágrafo Primeiro** - Os valores contratados poderão ser alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da CAIXA, para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, diante dos seguintes motivos:

- I Quando necessário assegurar a equivalência entre o objeto contratual e a remuneração do contratado por meio do restabelecimento do equilíbrio contratual, desde que objetivamente demonstrado, mediante acordo entre as partes;
- II Para compensar os efeitos das flutuações decorrentes da majoração dos custos para execução do objeto, será aplicado índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) para os contratos com vigência superior a 1(um) ano.

**Parágrafo Segundo** – A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**Parágrafo Terceiro** – Havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a CAIXA deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**Parágrafo Quarto** – É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da contratada.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no 12º (décimo segundo) dia útil a contar da apresentação da fatura, com o ateste da área responsável, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- 1 A identificação completa da CAIXA, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- 2 Descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.

**Parágrafo Segundo** – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

**Parágrafo Terceiro** - A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

**Parágrafo Quarto** - Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

**Parágrafo Quinto** - A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

**Parágrafo Sexto**- A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Sétimo** - Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.



**Parágrafo Oitavo** – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

1. VAT = valor atualizado
2. VIN = valor inicial
3. IDI = IGP-M/FGV na data inicial
4. IDF = IGP-M/FGV na data final

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº. 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução deste contrato caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

**Parágrafo Segundo** - A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

**Parágrafo Terceiro** - A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato

#### **CLÁUSULA NONA – DO RESSARCIMENTO**

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** - O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

VAT = valor atualizado

5. VIN = valor inicial

6. IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ \_\_\_\_\_ *[valor por extenso]*, que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro;
- II Seguro-garantia
- III Fiança bancária

**Parágrafo Primeiro** - A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

**Parágrafo Segundo** – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

**Parágrafo Terceiro** – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato.

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais

I No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

b) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

**Parágrafo Quarto** – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

**Parágrafo Quinto** - A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

**Parágrafo Sexto** – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;

- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

**Parágrafo Sétimo** - A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Oitavo** - A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Nono** - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

**Parágrafo Décimo** – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo oitavo acima.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

a) a substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve

proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I. multa;

II. suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

III. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

**Parágrafo Primeiro** - A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

I - 0,5% (meio por cento) do valor do(s) equipamento(s), por dia de atraso na entrega dos equipamentos;

II - 0,5% (meio por cento) do valor do(s) equipamento(s), por dia de atraso na implementação de todas as funcionalidades da solução;

III - 0,05% (meio por cento) do valor do(s) equipamento(s), por dia de atraso na entrega das licenças;

IV - 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso na disponibilização de novas versões, correções e atualizações dos produtos;

V - 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso na integração dos sistemas de atendimento da CONTRATADA com o da CAIXA;

VI - 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso no atendimento dos serviços de suporte técnico especializado;

VII - 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do valor do item de transferência de conhecimentos, por dia de atraso na disponibilização ou ativação dos vouchers.

VIII - 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso no envio do relatório mensal dos atendimentos.

**Parágrafo Segundo** - As multas serão descontadas da garantia, do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente.

**Parágrafo Terceiro** – Ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, o licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII Não manter a proposta;
- IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

**Parágrafo Quarto** - A penalidade de suspensão temporária de participação e contratação com a CAIXA, além de outras situações de descumprimentos, também poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional nas situações previstas nos incisos acima.

**Parágrafo Quinto** - As sanções previstas nos incisos II e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I. As penalidades de multas não devem ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

**Parágrafo Sexto** – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**Parágrafo Sétimo** – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**Parágrafo Oitavo** – As penalidades de suspensão e impedimento aplicadas à CONTRATADA alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

**Parágrafo Nono** - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se a CONTRATADA:

- a) descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA;
- b) sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

**Parágrafo Décimo** - Constituem motivo de rescisão do contrato:

O descumprimento total ou parcial, pela CONTRATADA, de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

A transferência total ou parcial do contrato;

O cometimento reiterado de faltas ou falhas na prestação dos serviços;

A lentidão no seu cumprimento, levando a CAIXA a presumir a não execução da prestação dos serviços contratados.

Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução, suspendendo o pagamento da respectiva fatura, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento e manutenção incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A rescisão do contrato se dá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III Por determinação judicial.

**Parágrafo Primeiro** - Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição



Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI será efetivada após o regular processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**Parágrafo Quarto** - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao fornecimento contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento n.º 3103-01, compromisso nº 8000004909.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É facultada a subcontratação de até 100% dos serviços cobertos pela garantia, desde que seja diretamente do fabricante.

**Parágrafo Primeiro** - A subcontratação será permitida para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da CAIXA, limitada aos serviços acessórios cobertos pela garantia, desde que sejam prestados diretamente pelo fabricante, conforme percentuais descritos abaixo:

Serviços Acessórios cobertos pela garantia	
Tipo de Serviço	Limite de subcontratação
Suporte técnico	100%
Suporte Especializado	100%

- a) Suporte técnico: inclui a substituição de quaisquer componentes de *hardware* da solução, atualizações/correções de *software* de quaisquer componentes da solução, resolução de incidentes/problemas causados pela solução, demais informações relacionadas à operação/administração da solução.
- b) Suporte Especializado: inclui a designação de especialistas para resolver demandas complexas, relacionadas às atividades inerentes à instalação, configuração, operação e otimização do funcionamento da solução contratada, assim como à implementação de funcionalidades específicas, bem como ajustes avançados.

**Parágrafo Segundo** - Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CAIXA, a regularidade fiscal federal, jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante no item que trata de habilitação.

**Parágrafo Terceiro** - A CAIXA verificará a regularidade da subcontratada em relação aos impedimentos de licitar e contratar, não sendo admitida a subcontratação no caso de impedimento, conforme item 9.5.

**Parágrafo Quarto** - A subcontratada deve emitir declaração informando não se enquadrar nas hipóteses previstas nos itens 2.4 e subitens.

**Parágrafo Quinto** - No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais do fornecimento, caso em que a CAIXA comunicará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;

- II É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- III No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, constante deste contrato, permite a contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- IV É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ARBITRAGEM**

A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis inerentes a este contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e suas alterações.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
*Local/data*

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

**DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

**Testemunhas**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- 4 Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 5 Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 6 Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 7 Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 8 Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 9 Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 10 Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 11 Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
- 12 Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - 3 Dirigente da CAIXA;
  - 4 Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
  - 5 Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
- 13 Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(\_\_\_\_\_)

Nome/RG/CPF

**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL  
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.  
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

**1.1** Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

**1.2** Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

**1.3** As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

**1.4** Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

**2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA**

**2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**

**2.1.1** Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

**2.1.2** Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

**2.1.3** Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

**2.1.4** Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto 8.420/2015, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

1.1.1. Adotar mecanismos e procedimentos internos para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

1.1.2. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

1.1.3. Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente.

1.1.4. Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

1.1.5. Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

1.1.6. Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

1.1.7. Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

1.1.8. Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

**2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.**

### **3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA**

**3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:**

**3.1.1** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

**3.1.2** Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

**3.1.3** Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.



**3.1.4** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

**3.1.5** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

**3.1.6** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

**3.1.7** Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

**3.1.8** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

**3.1.9** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

**3.1.10** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**3.1.11** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

**3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:**

**3.2.1** Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

**3.2.2** Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

**3.2.3** Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

**3.2.4** Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

**3.2.5** Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

**3.2.6** Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

**3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**

**3.3.1** Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

**3.3.2** Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

**3.3.3** Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

**3.3.4** Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

**3.3.5** Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

**3.3.6** Responsabilidade Socioambiental – o fornecedor considera e incorpora aspectos socioambientais em seus processos decisórios, e se responsabiliza pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente.

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO  
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

**[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR]**, inscrita(o) no **[CNPJ OU CPF]** ....., por meio do seu representante devidamente constituído, **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]**, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

\_\_\_\_\_  
Local, data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura)  
(nome e cargo)

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE MPE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **397/2022** que:

- se enquadra na condição de \_\_\_\_\_ *(a licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI), nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte] ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [Quando for microempreendedor individual - MEI], e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.*

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

**ANEXO VI****TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº ....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado LICITANTE para atendimento ao Edital de Pregão Eletrônico n.º **397/2022**.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

-----  
[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,  
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para o Pregão Eletrônico nº. **397/2022**, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

**Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados**

a) Proposta;

( ) Proposta Comercial, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

( ) Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº \_\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_\_;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal (Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))

( ) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

( ) CND FGTS

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

( ) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

( ) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; (identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_



f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

( ) \_\_\_\_\_

( ) \_\_\_\_\_

( ) \_\_\_\_\_

( ) \_\_\_\_\_

( ) \_\_\_\_\_

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

*“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*[...]*

*II – autenticação de cópia de documento, [...]*

*[...]*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”*

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>) ou através de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos